



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

Pregão Eletrônico nº **90029/2025** - SRP

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de materiais de consumo destinados a atender as demandas da Secretaria do Tribunal e das Zonas Eleitorais.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:
18/09/2025, 14:00MIN

MODO DE DISPUTA (FASE DE LANCES):
ABERTO

AMPLA PARTICIPAÇÃO
(Apenas para o grupo 1 e para os itens 29 e 35)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO nº **90029/2025** - S.R.P.
PROCESSO SEI N. **0007164-42.2025.6.27.8000**

PREÂMBULO

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão – TRE-MA, doravante denominado **TRIBUNAL**, torna público para conhecimento de todos que fará realizar, às **14:00 horas (horário de Brasília)**, do **dia 18/09/2025**, sob o comando do Pregoeiro Oficial, designado pela **PORTARIA Nº 1847/2024**, de 25 de novembro de 2024, do Presidente do **TRIBUNAL**, por meio do uso de tecnologia da informação, licitação na modalidade **PREGÃO**, na **FORMA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, pelo sistema de **REGISTRO DE PREÇOS**, mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, decorrentes do PROCESSO SEI nº **0007164-42.2025.6.27.8000**.

A licitação será regida pela **LEI Nº 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014, DECRETO Nº 8.538/2015, DECRETO Nº 11.462/2023 (SRP)** e demais normas aplicáveis à matéria, naquilo que não contrarie este edital e pelas cláusulas e condições abaixo declinadas.

A Sessão Pública será realizada através do site www.gov.br/compras e conduzida pelo **PREGOEIRO**, na sala da **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**, no 1º andar do Anexo ao prédio sede do **TRIBUNAL**, na Avenida Senador Vitorino Freire, s/nº - Bairro Areinha, nesta cidade de São Luís, Estado do Maranhão.

Todos os horários estabelecidos neste edital, no aviso e durante a Sessão Pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no **SISTEMA ELETRÔNICO COMPRASGOV**, daqui por diante denominado **SISTEMA**, e na documentação relativa ao certame.

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

1. DO OBJETO

Constitui objeto do presente **PREGÃO o Registro de Preços para aquisição de materiais de consumo destinados a atender as demandas da Secretaria do Tribunal e das Zonas Eleitorais**, conforme especificações deste Edital, seus anexos e abaixo:

ITEM	MATERIAL	Unid.	Qtde. Total	Qtde. Inicial
GRUPO 01				
01	Caixa-Arquivo em Polipropileno Corrugado	Unid.	7.300	3.650
02	Papel sulfite A3, branco, 75g/m ² , pacote com 500 folhas.	Resma	45	30
03	Pasta em Papel Cartolina Plastificada com Aba e Elástico	Unid.	11.950	6.000
04	Prancheta para Papéis, em acrílico	Unid.	848	424
05	Saco Plástico para Documentos	Unid.	3.700	2.000
GRUPO 02				
06	Pincel para Quadro Branco	Unid.	28	18
07	Pincel Marcador Permanente (Tipo Pincel Atômico) – cada caixa com 12 unidades	Caixa	108	54
08	Pincel (Caneta) Marca-Texto, cada caixa contendo com 12 unidades	Caixa	136	90
09	Papel para Recados (Tipo Post-it)	unid	1.532	770
GRUPO 03				
10	Clipe Tipo Niquelado, nº 1/0	Caixa	1.260	800



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

11	Clipe Tipo Niquelado, nº 6/0	Caixa	1.350	800
12	Clipe Tipo Niquelado, nº 8/0	Caixa	1.206	800
13	Grampeador Metálico	Unid.	483	250
14	Grampo para Grampeador, Tamanho 26/6	Caixa	1.035	800
15	Liga Elástica Circular, Tamanho 18	Caixa	608	300
16	Molha-dedos	Unid.	366	250
17	Percevejos para Fixação	Caixa.	488	250
GRUPO 04				
18	Chaveiro Porta Etiqueta	Unid.	920	800
19	Fita Adesiva em Polipropileno, TRANSPARENTE, 50M	Unid.	1.110	700
20	Papel Kraft (Marrom/Pardo) para Embrulho	folha	4.500	2.500
21	Fita Plástica para Máquina de Embalar	unidade	5	3
GRUPO 05				
22	Cola Branca Líquida, 90g	Frasco	428	214
23	Cordão (Fita) para Crachá	Unid.	173	100
24	Mouse Pad (Tapete ou Base para Mouse)	Unid.	207	100
25	Tesoura de Uso Geral, Tamanho Grande	Unid.	840	600
GRUPO 06				
26	Garrafa Térmica para Café, 1l	Unid	412	250
27	Garrafa Térmica para Café, 1,8l	Unid	248	200
28	Vasilhame de 20 litros para água envasada (garrafão retornável)	Unid	150	100
ITENS ISOLADOS				
29	Caneta Esferográfica Azul – escrita fina, cada caixa com 50 unidades	Caixa	2.395	2.176
30	Caixa de Papelão para Transporte de Material - grande	Unid.	2.750	1.375
31	Caixa de Papelão para Transporte de Material - média	Unid.	2.750	1.375
32	Envelope Kraft Ouro Médio Personalizado	Unid.	45.300	37.000
33	Envelope Kraft Ouro Pequeno Personalizado	Unid.	3.300	2.000
34	Envelope branco tipo ofício personalizada	Unid	22.000	16.400
35	Fita Gomada, 50 metros	Unid.	13.390	12.000
36	Pasta plástica transparente com abas	Unid.	13.000	7.000
37	Plaqueta de identificação patrimonial (plaqueta patrimonial) - Iniciar com a numeração 69.444 – modelo no Anexo I do TR.	unid	8.000	5.000
38	Rebite de repuxo em alumínio 3,2 x 10 mm	Unid	18.400	10.000

1.1. A aquisição, objeto desta licitação, deverá ser realizada em rigorosa observância ao **Termo de Referência – Anexo I deste Edital** e as normas vigentes que a ele se aplicarem.

1.2. A licitação será dividida em grupos e itens individuais, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.3. **O valor total máximo estimado para o objeto desta licitação é de R\$ 685.055,96 (seiscentos e oitenta e cinco mil, cinquenta e cinco reais e noventa e seis centavos),** conforme detalhamento no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações dos objetos descritas no **SISTEMA** e as especificações técnicas constantes do Edital, prevalecerão as do Edital.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste **PREGÃO** as licitantes que atenderem a todas as exigências deste Edital, inclusive quanto à documentação constante neste Edital e em seus anexos.

2.2. A Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia, atuará como provedor do **SISTEMA**.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

2.3. Como condição para participação no certame, a licitante deverá declarar:

- a) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- b) que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- c) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- d) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- e) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
- g) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, se for o caso;

2.3.1. DAS MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

I. Aplicam-se a este edital as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

II. As disposições a que se refere o item anterior **não são aplicadas**:

- a) no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
- b) no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- c) A obtenção de benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, **devendo a empresa licitante apresentar declaração de observância desse limite na licitação, conforme Art. 4º §§ da Lei nº 14.133/2021.**
- d) nos itens exclusivos para participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a ausência de declaração impedirá o prosseguimento no certame;
- e) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a ausência de declaração apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

2.4. A falsidade da declaração prestadas pela licitante correspondente ao SUBITEM 2.3.b caracteriza crime previsto no artigo 299 do Código Penal, sujeitando-o ainda às sanções previstas na Lei 14.133/2021.

2.5. Pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

c) admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

d) impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

2.5.1. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do caput do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

2.5.2. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

2.6. Cooperativas poderão participar de licitação quando:

a) a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

b) a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

c) qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

d) o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

2.7. Não poderá participar deste **PREGÃO** a licitante:

a) que se encontre em regime de recuperação judicial ou extrajudicial ou ainda com pedido de falência, concurso de credores, processo de insolvência (salvo se o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005);

b) estrangeira não autorizada a funcionar no país e/ou que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

c) que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal ou do Distrito Federal, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, tendo por fundamento o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

d) impedida de licitar e contratar com a União ou suspensa temporariamente de licitar e impedida de contratar com o **TRIBUNAL**, nos termos do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

- e) cujo ramo de atividade não seja pertinente e compatível com o objeto deste **PREGÃO** ou que não estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- f) que tenha em seu quadro societário servidor ou dirigente do **TRIBUNAL**;
- g) que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento do **TRIBUNAL**;
- h) cujos proprietários e ou/ sócios exerçam mandato eletivo capaz de ensejar os impedimentos previstos no art. 29, inciso IX c/c e art. 54, I, "a" e II, "a", da Constituição Federal;
- i) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- j) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- k) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- l) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- m) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- n) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- o) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.8. Para o presente certame, não haverá participação exclusiva de empresas enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

2.8.1. A definição de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte nesta licitação levará em conta o que dispuser a Lei Complementar nº 123/2006.

2.8.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes desta licitação deverão comprovar seu enquadramento e condição através de Declaração Específica registrada em campo específico do **SISTEMA**, facultado ao **TRIBUNAL** se for o caso, promover diligência com a finalidade de comprovar o enquadramento da licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte diante das normas da lei.

2.8.3. A participação fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

2.8.4. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime de cooperado com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

2.8.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.9. Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido nas licitações públicas previsto na Lei Complementar nº 123/2006 a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado, nos termos da referida Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar Nº 123/2006;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- f) constituída sob a forma de cooperativa, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações;
- k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de personalidade, subordinação e habitualidade.

2.10 Na hipótese de haver diferença na descrição do objeto registrada no **SISTEMA** (www.gov.br/compras) e nas especificações constantes no Edital, deverá ser considerada a do Edital.

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. A licitante interessada em participar deste **PREGÃO** deverá providenciar, previamente, o credenciamento perante a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, provedor do **SISTEMA** utilizado nesta licitação, no site (www.gov.br/compras).

3.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao **SISTEMA**, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF permite a participação dos interessados em qualquer pregão, na forma eletrônica, exceto quando o seu



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

cadastro no SICAF tenha sido inativado ou excluído por solicitação do credenciado ou por determinação legal.

3.4. O uso da senha de acesso ao **SISTEMA** pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do **SISTEMA** ou ao **TRIBUNAL** responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que provocados por terceiros.

3.5. Ao participar de processo licitatório, o representante legal da LICITANTE, titular de dados pessoais, está ciente de que, para a execução do objeto deste contrato, a CONTRATANTE terá acesso aos seus dados, tais como: número de documentos, endereço eletrônico, cópias de documentos de identificação, bem como, que os referidos dados serão tratados pela Administração, conforme autorização legal prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 – Art. 7º, inciso II.

3.6. **Caberá à licitante, interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:**

a) credenciar-se previamente e se manter credenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

b) remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via **SISTEMA**, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

c) responsabilizar-se formalmente pelo uso da senha de acesso ao **SISTEMA**, inclusive pelas transações efetuadas em seu nome, e assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do **SISTEMA** ou do **TRIBUNAL** por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

d) acompanhar as operações no **SISTEMA** durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo **SISTEMA** ou de sua desconexão;

e) comunicar imediatamente ao provedor do **SISTEMA** qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

f) utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do **PREGÃO**;

g) solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio; e

h) conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e os manter atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

h.1) A licitante descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

4. **DOS PRAZOS E DA DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

a) Período para recebimento das Propostas de Preços e Documentação de Habilitação	Até as 13:59 horas do dia 18/09/2025 .
b) Data da abertura das Propostas de Preços	Às 14:00 horas do dia 18/09/2025 .

4.1. As licitantes deverão observar as datas e horários, com base no horário de Brasília, previstos para a realização deste **PREGÃO**, nos termos que seguem:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

4.2. Este edital poderá ser republicado para atualização dos preços registrados em decorrência deste pregão, com a indicação da data e da hora de realização da sessão pública, dos quantitativos atualizados, se for o caso, e do novo orçamento estimativo, observada a mesma publicidade do certame inicial.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Como requisito para participação, as licitantes devem cadastrar sua **PROPOSTA DE PREÇOS** no **SISTEMA**, o qual solicitará o preenchimento dos dados da proposta e a formalização das declarações.

5.3. As licitantes deverão preencher os "campos" próprios contendo a quantidade, preços e, se houver, marca e modelo, atendendo, ainda, ao que dispõe o SUBITEM 2.3 deste Edital.

5.3.1. A falta indicação de marca/modelo em campo próprio do SISTEMA ou a indicação de marca/modelo em campo próprio do SISTEMA diferente da que for indicada na PROPOSTA DE PREÇOS, por si só, não importará na desclassificação da licitante.

5.4. Na hipótese de haver diferença na descrição do objeto registrada no **SISTEMA** (www.gov.br/compras) e nas especificações constantes no Edital, o licitante deverá formular sua proposta de acordo com o que dispuser o Edital.

5.5. A **PROPOSTA DE PREÇOS** será ofertada pelo critério de **VALOR UNITÁRIO POR ITEM**, nas condições definidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

5.6. Até a data e hora de início da Sessão Pública prevista neste Edital, a licitante poderá acessar o **SISTEMA** para retirar, alterar ou complementar a **PROPOSTA DE PREÇOS** formulada. Após o início da Sessão Pública, a proposta não poderá mais sofrer alterações ou ser retirada.

5.7. As declarações que compõem as **PROPOSTAS DE PREÇOS** das licitantes serão disponibilizadas para avaliação do **PREGOEIRO** e para acesso público após o encerramento da etapa de lances. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

5.8. Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** somente serão solicitados ao LICITANTE VENCEDOR pelo agente de contratação ou comissão em momento posterior à fase da apresentação das propostas e do julgamento.

5.9. A licitante vencedora poderá deixar de apresentar os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** que constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, observadas as restrições do ITEM 10 deste Edital, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DOS AVISOS

6.1. Até a abertura da Sessão Pública, o **PREGOEIRO** poderá expedir avisos no **SISTEMA** para esclarecimento de procedimentos a respeito do certame.

6.2. **Até 3 (três) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da Sessão Pública deste **PREGÃO**, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, exclusivamente via e-mail, no endereço: aslic@tre-ma.jus.br.

6.3. Decairá do direito de impugnar perante o **TRIBUNAL** os termos deste Edital aquele que, aceitando-os sem objeção, venha a apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

6.4. Caberá ao **PREGOEIRO** responder às impugnações e aos esclarecimentos no prazo de **até três dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo, se for o caso, auxiliar-se pelo setor requisitante e ainda pela Assessoria Jurídica do **TRIBUNAL**.

6.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não obrigam a suspensão dos prazos previstos no certame, cabendo exclusiva e excepcionalmente ao **TRIBUNAL** esta decisão, de forma motivada.

6.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos apresentadas após as 18h serão considerados, para efeitos dos prazos dos SUBITEMS 6.2 e 6.4 como apresentados no primeiro dia útil seguinte, às 8h.

6.7. Os avisos, as impugnações e respectivas decisões, bem como os pedidos de esclarecimentos e suas respostas deverão ser registradas no **SISTEMA** pelo **PREGOEIRO**.

6.8. Se a impugnação for acolhida ou se a resposta aos esclarecimentos importar na modificação do Edital, será definida nova data para abertura da Sessão Pública, sendo o Edital alterado pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original.

6.8.1. Caso a alteração no Edital possa inquestionavelmente afetar a formulação de propostas, o prazo inicialmente estabelecido será reaberto.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. O **PREGOEIRO**, via **SISTEMA**, dará início ao **PREGÃO** com a abertura da Sessão Pública, na data e horário indicados no **ITEM 4** deste Edital.

7.2. A comunicação entre o **PREGOEIRO** e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagem, em campo próprio do **SISTEMA**.

7.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no **SISTEMA** durante a Sessão Pública do **PREGÃO**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo **SISTEMA** ou de sua desconexão.

7.4. O **PREGOEIRO** verificará as informações previamente cadastradas no sistema, constantes do SUBITEM 5.1 deste Edital, desclassificando desde logo as que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, aquelas que identifiquem o licitante, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

7.4.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no **SISTEMA**, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.4.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.5. O **SISTEMA** ordenará, automaticamente as **PROPOSTAS DE PREÇOS** das licitantes classificadas pelo **PREGOEIRO**, sendo que somente elas participarão da fase de lances.

7.6. Ordenadas as **PROPOSTAS DE PREÇOS**, o **PREGOEIRO** dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do **SISTEMA**.

8. DA FASE COMPETITIVA COM A FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar seus lances, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

8.2. O valor ou percentual da **PROPOSTA DE PREÇOS** será considerado o lance inicial da licitante.

8.3. A cada lance intermediário ofertado, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.4. Os lances serão ofertados pelo mesmo critério do **SUBITEM 5.5** deste Edital.

8.5. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto de valor superior ao último por ele ofertado e registrado pelo **SISTEMA**.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

8.6. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.7. Durante a Sessão Pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante detentora do lance.

8.8. Durante a fase de lances, o **PREGOEIRO** poderá excluir, justificadamente, lances intermediários cujos valores sejam considerados inexequíveis.

8.9. Após o encerramento da etapa competitiva de lances, o **PREGOEIRO** deverá encaminhar, pelo **SISTEMA**, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.

8.9.1. A negociação será realizada por meio do **SISTEMA**, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10. No caso de desconexão do **PREGOEIRO** no decorrer da etapa de lances, se o **SISTEMA** permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.10.1. Quando a desconexão do PREGOEIRO persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão Pública do PREGÃO será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo PREGOEIRO aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.11. Será adotado para o envio de lances no PREGÃO o **modo de disputa "aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.11.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

a) R\$ 0,01 (um centavo), para os itens 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37 e 38;

b) R\$ 0,04 (quatro centavos), para os itens 26, 28 e 29.

c) R\$ 0,10 (dez centavos), para os itens 2 e 27.

d) R\$ 0,40 (quarenta centavos), para o item 21.

8.12. A etapa de lances da Sessão Pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo SISTEMA quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da Sessão Pública.

8.12.1. A prorrogação automática da etapa de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida acima, encerrar-se-á automaticamente essa fase.

8.12.3. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo SISTEMA, poderá o PREGOEIRO, justificadamente, admitir o reinício da fase de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.13. Nos itens (ou grupos, se for o caso) com preço total de referência superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), expressamente indicados no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, encerrada a etapa de lances será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, devendo, ainda, a própria empresa declarar, em campo próprio do **SISTEMA**, que atende aos requisitos do art. 3º da LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 para fazer jus aos benefícios previstos ali previstos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

8.13.1. O **SISTEMA** identificará em coluna própria as licitantes qualificadas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.13.2. Caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de licitantes qualificadas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.13.3. A melhor classificada nos termos do SUBITEM anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.13.4. Caso a licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no SUBITEM anterior.

8.13.5. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o PREGOEIRO passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo SISTEMA, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.13.6. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos em lei.

8.13.6.1. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate de que trata o item 8.13.6.

8.13.6.2. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o item 8.13.6, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas, vedado qualquer outro processo.

9. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE

9.1. Finda a fase de lances e a negociação, o **PREGOEIRO** examinará o lance classificado em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço, sendo desclassificado o que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível, passando-se à convocação das licitantes subsequentes, na ordem de classificação.

9.1.1 Considera-se inexequível o lance que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que não tenham sido estabelecidos limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.1.2 No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

9.1.3 O **PREGOEIRO**, antes de declarar a inexequibilidade, deverá realizar diligências com essa finalidade, convocando previamente a licitante para manifestação.

9.2. Não incorrendo na inadequação ou incompatibilidade do SUBITEM 9.1, o **PREGOEIRO** providenciará a negociação com a licitante, buscando obter proposta mais vantajosa para o TRE-MA.

9.3. A licitante detentora do **MENOR LANCE** deverá encaminhar no prazo máximo de **20 (vinte) horas**, pelo **SISTEMA**, sua **PROPOSTA DE PREÇOS**, com o valor readequado ao valor do lance



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

vencedor (e, se for o caso, com o valor negociado), bem como os demais dados constantes do SUBITEM 9.6 deste Edital, para sua elaboração.

9.4. Os documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, relativos à proposta, serão encaminhados pela licitante convocada no mesmo prazo do SUBITEM 9.3, mediante convocação específica do **PREGOEIRO**.

9.5. O **PREGOEIRO** examinará a **PROPOSTA DE PREÇOS** quanto à compatibilidade do preço e às especificações constantes do SUBITEM 9.6 e do Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sendo desclassificada a que não atender às condições do Edital ou apresentar preços acima do máximo estabelecido ou for manifestamente inexequível, passando-se à convocação das licitantes subsequentes, na ordem de classificação.

9.6. A **PROPOSTA DE PREÇOS** deverá conter as seguintes informações:

- a) Razão Social da Pessoa Jurídica, com endereço e número do CNPJ;
- b) Preços unitários e totais, nas quantidades máximas, consoante tabela de formação de preços **constante do Termo de Referência – Anexo I deste Edital e abaixo**, em reais, em algarismos, inclusas todas as despesas que resultem no fornecimento dos bens, tais como impostos, encargos, taxas, despesas com transportes, materiais utilizados, seguros e todos os ônus diretos, bem como quaisquer outras despesas necessárias à perfeita execução do objeto.

ITEM	MATERIAL	Unid.	Qtde. Total	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$	Qtde. Inicial	Valor Inicial R\$
GRUPO 1							
01	Caixa-Arquivo em Polipropileno Corrugado	Unid.	7.300	R\$	R\$	3.650	R\$
02	Papel sulfite A3, branco, 75g/m ² , pacote com 500 folhas.	Resma	45	R\$	R\$	30	R\$
03	Pasta em Papel Cartolina Plástica com Aba e Elástico	Unid.	11.950	R\$	R\$	6.000	R\$
04	Prancheta para Papéis, em acrílico	Unid.	848	R\$	R\$	424	R\$
05	Saco Plástico para Documentos	Unid.	3.700	R\$	R\$	2.000	R\$
GRUPO 2							
06	Pincel para Quadro Branco	Unid.	28	R\$	R\$	18	R\$
07	Pincel Marcador Permanente (Tipo Pincel Atômico) – cada caixa com 12 unidades	Caixa	108	R\$	R\$	54	R\$
08	Pincel (Caneta) Marca-Texto, cada caixa contendo com 12 unidades	Caixa	136	R\$	R\$	90	R\$
09	Papel para Recados (Tipo Post-it)	unid	1.532	R\$	R\$	770	R\$
GRUPO 3							
10	Clipe Tipo Niquelado, nº 1/0	Caixa	1.260	R\$	R\$	800	R\$
11	Clipe Tipo Niquelado, nº 6/0	Caixa	1.350	R\$	R\$	800	R\$
12	Clipe Tipo Niquelado, nº 8/0	Caixa	1.206	R\$	R\$	800	R\$
13	Grampeador Metálico	Unid.	483	R\$	R\$	250	R\$
14	Grampo para Grampeador, Tamanho 26/6	Caixa	1.035	R\$	R\$	800	R\$
15	Liga Elástica Circular, Tamanho 18	Caixa	608	R\$	R\$	300	R\$
16	Molha-dedos	Unid.	366	R\$	R\$	250	R\$
17	Percevejos para Fixação	Caixa.	488	R\$	R\$	250	R\$
GRUPO 4							
18	Chaveiro Porta Etiqueta	Unid.	920	R\$	R\$	800	R\$
19	Fita Adesiva em Polipropileno, TRANSPARENTE, 50M	Unid.	1.110	R\$	R\$	700	R\$
20	Papel Kraft (Marrom/Pardo) para Embrulho	folha	4.500	R\$	R\$	2.500	R\$



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

21	Fita Plástica para Máquina de Embalar	unidade	5	R\$	R\$	3	R\$
GRUPO 5							
22	Cola Branca Líquida, 90g	Frasco	428	R\$	R\$	214	R\$
23	Cordão (Fita) para Crachá	Unid.	173	R\$	R\$	100	R\$
24	Mouse Pad (Tapete ou Base para Mouse)	Unid.	207	R\$	R\$	100	R\$
25	Tesoura de Uso Geral, Tamanho Grande	Unid.	840	R\$	R\$	600	R\$
GRUPO 6							
26	Garrafa Térmica para Café, 1l	Unid	412	R\$	R\$	250	R\$
27	Garrafa Térmica para Café, 1,8l	Unid	248	R\$	R\$	200	R\$
28	Vasilhame de 20 litros para água envasada (garrafão retornável)	Unid	150	R\$	R\$	100	R\$
ITENS ISOLADOS							
29	Caneta Esferográfica Azul – escrita fina, cada caixa com 50 unidades	Caixa	2.395	R\$	R\$	2.176	R\$
30	Caixa de Papelão para Transporte de Material - grande	Unid.	2.750	R\$	R\$	1.375	R\$
31	Caixa de Papelão para Transporte de Material - média	Unid.	2.750	R\$	R\$	1.375	R\$
32	Envelope Kraft Ouro Médio Personalizado	Unid.	45.300	R\$	R\$	37.000	R\$
33	Envelope Kraft Ouro Pequeno Personalizado	Unid.	3.300	R\$	R\$	2.000	R\$
34	Envelope branco tipo ofício personalizada	Unid	22.000	R\$	R\$	16.400	R\$
35	Fita Gomada, 50 metros	Unid.	13.390	R\$	R\$	12.000	R\$
36	Pasta plástica transparente com abas	Unid.	13.000	R\$	R\$	7.000	R\$
37	Plaqueta de identificação patrimonial (plaqueta patrimonial) - Iniciar com a numeração 69.444 – modelo no Anexo I do TR.	unid	8.000	R\$	R\$	5.000	R\$
38	Rebite de repuxo em alumínio 3,2 x 10 mm	Unid	18.400	R\$	R\$	10.000	R\$
				TOTAL PEDIDO INICIAL			R\$
				TOTAL GERAL		R\$	

b.1) Os preços propostos não poderão ser superiores aos valores estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sob pena de desclassificação;

c) Prazo de validade, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da Sessão Pública;

d) Características dos produtos ofertados, com especificações detalhadas, mencionando marca, modelo, dimensões, composição e demais informações que permitam perfeita análise e aceitação do item, de acordo com as especificações constantes no **Anexo I** deste Edital;

d.1) O Pregoeiro poderá solicitar à licitante o envio de fotos, catálogos, folders, manuais e outros documentos que atestem a especificação dos objetos, bem como a indicação de sítios na internet onde possam ser verificadas as características do material.

e) Requisitos da Contratação, conforme previstos no **item 4** do Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

f) Critérios de Sustentabilidade conforme previstos no **item 4.3** do Termo de Referência – Anexo I deste Edital e no Subanexo I deste Edital;

g) Modelo de execução, de acordo com o **item 5** do Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

h) Garantia dos produtos, conforme prevista no **Subanexo I** do Anexo I deste Edital;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

i) Dados da licitante tais como: telefone, e-mail, banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento (facultada a apresentação destas informações quando da contratação);

9.7. O **PREGOEIRO**, no julgamento das propostas, poderá realizar diligências ou requisitar informações, incluindo esclarecimentos e detalhamentos sobre elas, sem implicar modificação de seu teor ou inclusão de documento ou informação que deveria constar originalmente.

9.7.1 A não apresentação das informações solicitadas implicará no julgamento no estado em que se encontram as propostas, podendo resultar em sua desclassificação.

9.8. No julgamento da proposta, o **PREGOEIRO** poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, fundamentando e registrando sua decisão no **SISTEMA**.

9.9. A vedação à inclusão de novo documento no art. 64 da Lei de Licitações e Contratos, Lei 14.133/2021, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

9.10. O **PREGOEIRO** poderá solicitar à licitante o envio de **PROPOSTA DE PREÇOS** retificada, para correção de erros formais.

9.11. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta, o **PREGOEIRO** poderá suspender o **PREGÃO** e marcar nova data para seu julgamento, ficando intimadas, no mesmo ato, as licitantes.

9.12. O **PREGOEIRO** poderá encaminhar a **PROPOSTA DE PREÇOS** para análise técnica de setor competente ou da autoridade superior.

9.13. A classificação das propostas dar-se-á pelo critério de MENOR PREÇO, sendo considerada vencedora a que ofertar o MENOR LANCE e que atender às condições do Edital.

9.14. Caso haja agrupamento de itens, o critério do SUBITEM 9.13 deverá levar em conta o somatório dos itens e a adjudicação deverá ser realizada para todo o grupo.

9.15. Decorrido o prazo de validade da **PROPOSTA DE PREÇOS** sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, cabendo, no caso, negociação com o **TRIBUNAL** para manter o preço proposto.

9.16. O **TRIBUNAL** poderá solicitar à licitante a prorrogação do prazo de validade da **PROPOSTA DE PREÇOS** por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado à licitante recusar ou aceitar o pedido; no caso de concordância, a **PROPOSTA DE PREÇOS** não poderá ser modificada.

9.17. Verificando-se discordância entre o preço unitário e o total da **PROPOSTA DE PREÇOS**, prevalecerá o primeiro, sendo corrigido o preço total; ocorrendo divergência entre valores numéricos e os por extenso, prevalecerão os últimos. Se a licitante não aceitar a correção de tais erros, ocorrerá sua desclassificação, convocando-se a licitante subsequentemente classificada, se houver.

9.18. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação da **PROPOSTA DE PREÇOS** serão de responsabilidade exclusiva da licitante.

9.19. A apresentação da **PROPOSTA DE PREÇOS** obriga a licitante vencedora ao cumprimento de todas as condições deste Edital, sujeitando-se às sanções previstas neste Edital e na legislação aplicada à espécie.

10. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. Após declarada a licitante vencedora, o **PREGOEIRO**, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, verificará o eventual descumprimento das condições de participação,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante verificação aos seguintes cadastros:

- a) Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
- e) Cadastro de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

10.1.1 Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

10.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o **PREGOEIRO** diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas, devendo convocar previamente a licitante para manifestação.

10.1.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.5 O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

10.1.6 Constatada a existência de sanção, o **PREGOEIRO** reputará a licitante desclassificada, por falta de condição de participação.

10.2. Não incorrendo a licitante em sanções impeditivas, o **PREGOEIRO** consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à sua habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista, e, se for o caso, em relação à qualificação econômica financeira e/ou habilitação técnica.

10.3. É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da Sessão Pública.

10.3.1 Em se tratando de documentos não contemplados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF ou se as informações do SICAF não estiverem atualizadas na data de abertura da Sessão Pública, a licitante deverá encaminhar, em conjunto com a apresentação da **PROPOSTA DE PREÇOS**, a respectiva documentação atualizada.

10.3.2 O descumprimento acima implicará na inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo **PREGOEIRO** lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

10.3.2.1 A indisponibilidade de consulta, ainda que temporária, por qualquer motivo, ao sítio eletrônico oficial, no momento da verificação pelo **PREGOEIRO**, também importará em inabilitação da licitante.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

10.3.3 Se os documentos e as informações no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF continuarem desatualizadas ou tais documentos não estejam previstos no SICAF, o **PREGOEIRO** deverá convocar a licitante para apresentação dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** atualizados no prazo do SUBITEM 10.4 deste Edital caso não seja possível ou não logre êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s) na consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões.

10.4. Havendo a necessidade de envio de **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via **SISTEMA**, no prazo de **04 (quatro) horas**, sob pena de inabilitação.

10.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.7. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.7.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.8 Ressalvado o disposto nos SUBITENS 5.7 e 10.3, as licitantes deverão encaminhar, nos termos do SUBITEM 5.2, a documentação relacionada a seguir, para fins de habilitação:

10.8.1 Habilitação jurídica:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.8.1.1 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.8.2 Regularidade fiscal e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

- b)** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.
- c)** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;
- e)** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- e.1) caso seja considerada isenta dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- f)** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- f.1) Caso seja considerada isenta dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.8.2.1 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006, sob pena de inabilitação.

10.8.3. Habilitação Técnica:

10.8.3.1. Para a aquisição dos itens **CANETA AZUL, FITA GOMADA KRAFT - 50M e PASTA TRANSPARENTE**, é essencial comprovar a aptidão do fornecedor para atender às exigências contratuais, especialmente quanto à entrega em volumes consistentes, com a qualidade especificada e no prazo estabelecido. Essa comprovação pode se dar por meio de atestado de capacidade técnica, emitido por órgãos ou empresas que tenham sido anteriormente atendidos com êxito pelo fornecedor. Tal exigência encontra respaldo no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, combinado com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021

10.8.3.2. Deverão constar no(s) atestado(s) as seguintes informações:

- a) Objeto compatível:** comprovar que o licitante executou, de forma satisfatória, fornecimento dos itens, com características semelhantes às descritas no presente Termo de Referência.
- b) Quantidade mínima fornecida:** indicar fornecimento de quantitativo compatível com o objeto da licitação. Recomenda-se a exigência de fornecimento mínimo correspondente a, no mínimo, **50% da quantidade total prevista no presente certame**, demonstrando capacidade logística e operacional do licitante.
- c) Declaração de desempenho satisfatório:** conter declaração expressa de que o fornecimento foi realizado de forma **satisfatória**, mencionando, sempre que possível, aspectos como pontualidade na entrega, conformidade com a qualidade exigida e atendimento às condições contratuais.
- d) Emitente do atestado:** deverá ser emitido por **pessoa jurídica de direito público ou privado**, em papel timbrado, assinado por representante legal, constando nome, cargo e dados de contato do responsável pela emissão, além de data da prestação do serviço.
- e) Abrangência do fornecimento:** que o fornecimento atestado tenha sido realizado de forma **contínua ou em lote único**, com escopo comparável à presente contratação, preferencialmente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

para órgãos públicos ou empresas de grande porte, de forma a atestar a capacidade técnica do licitante.

f) **Apresentação:** O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em **cópia simples**, juntamente com a proposta, podendo a Administração solicitar, a qualquer tempo, os documentos originais ou autenticados para fins de conferência.

10.8.4. Qualificação Econômico-Financeira:

10.8.4.1. Para fins de demonstração da qualificação econômico-financeira, serão exigidos os seguintes documentos para os itens: **CANETA AZUL, FITA GOMADA KRAFT - 50M e PASTA TRANSPARENTE.**

a) Certidão Negativa de Falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da licitante, com emissão de até 60 dias antes da abertura da Sessão Pública;

a.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

b.1) Caso a licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices, deverá apresentar patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez cento) do valor estimado para a contratação.

b.2) No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída a menos de 2 (dois) anos, os documentos referidos no subitem acima limitar-se-ão ao último exercício social.

c) Caso seja necessário, a Contratante poderá diligenciar junto à licitante acerca das declarações prestadas.

10.9 Desde que atenda a todas as demais exigências do Edital e observado o disposto no SUBITEM 10.8.2.1, constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e/ou trabalhista de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, o certame será suspenso e a licitante será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério do PREGOEIRO, quando requerida pela licitante, mediante justificativa apresentada dentro dos primeiros 5 (cinco) dias úteis.

10.9.1A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após esses prazos de regularização fiscal e/ou trabalhista.

10.9.2A não-regularização fiscal e/ou trabalhista no prazo previsto no SUBITEM anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a continuidade do certame, convocando-se a licitante subseqüentemente classificada, se houver.

10.10 Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, o **PREGOEIRO** poderá suspender o **PREGÃO** e marcar nova data para seu julgamento, ficando intimadas, no mesmo ato, as licitantes.

10.11 O **PREGOEIRO** poderá encaminhar os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** para análise técnica de setor competente ou da autoridade superior.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

10.12 O PREGOEIRO, constatando que a licitante atende a todas as condições de habilitação exigidas neste Edital, proclamá-la-á HABILITADA. Aquela que deixar de apresentar a documentação exigida ou apresentar de forma irregular será proclamada INABILITADA.

10.13 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Imediatamente após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, o **PREGOEIRO** abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, em campo próprio do **SISTEMA**, para manifestação de intenção de recurso dos licitantes.

11.1.1.A intenção de recorrer deverá ser apresentada no prazo referido acima, sob pena de preclusão.

11.1.2.As razões recursais deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis cotados da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do Art. 17 da Lei n.º 14.133/2021, da ata de julgamento.

11.1.3.A apreciação dar-se-á em fase única.

11.2. Qualquer licitante é parte legítima para apresentar contrarrazões, também via **SISTEMA**, em igual prazo, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.3. Decorridos esses prazos, o **PREGOEIRO** terá o prazo de 3 (três) dias úteis para proferir sua decisão.

11.3.1.Caso não reconsidere sua decisão, o **PREGOEIRO** submeterá o recurso, com a sua motivação, à consideração da autoridade superior do **TRIBUNAL**, que proferirá decisão definitiva, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. Os autos do processo licitatório permanecerão com vista franqueada aos interessados na **ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÃO - ASLIC**, no endereço indicado neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A Sessão Pública poderá ser reaberta nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da Sessão Pública precedente ou em que seja anulada a própria Sessão Pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Declarada a vencedora e exauridos os recursos administrativos, a **AUTORIDADE SUPERIOR**, através do **SISTEMA**, fará a adjudicação e homologação do objeto desta licitação à vencedora.

13.2. A autoridade superior procederá à homologação do certame, após verificar cumpridos os requisitos deste Edital e da legislação aplicável.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

14.1. Nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/21, comete infração administrativa a licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial, quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) Deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com o especificado (quando houver previsão em edital).

14.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

14.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

14.1.5. Fraudar a licitação.

14.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

14.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.1.8.1. A empresa que praticar ato lesivo fica submetida à Resolução nº 10.141/2023 – TRE-MA, que dispõe sobre a regulamentação do Processo Administrativo de Responsabilização objetiva, administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, nos procedimentos licitatórios e contratos administrativos, publicada no Diário de Justiça Eletrônico do TRE-MA do dia 17 de novembro de 2023.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes e/ou adjudicatárias as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência (aplicada às faltas leves, de menor gravidade, que não acarretarem prejuízo de monta ao interesse do serviço);
- b) Multa (aplicada no percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do orçamento estimado pela Administração Pública;
- c) Impedimento de licitar e contratar (para infrações de maior gravidade); e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

que aplicou a penalidade (para infrações que justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que a sanção de impedimento de licitar e contratar).

14.2.1. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que resultarem das condutas sancionadas para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1 e 14.1.2 a licitante estará sujeita à multa de 0,5% (meio por cento) a 1% (um por cento) do valor do orçamento estimado pela Administração Pública.

14.5. Para as infrações previstas nos itens 14.1.3 e 14.1.3.1, a licitante estará sujeita à multa de até 10% (dez por cento) do valor do orçamento estimado pela Administração Pública.

14.6. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4 a 14.1.8 a licitante estará sujeita a multa 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do orçamento estimado pela Administração Pública

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1 a 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4 a 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1 a 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que a sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, conforme previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

14.9. Nos termos da Lei nº 14.133/21, fica a licitante vencedora sujeita às penalidades previstas na Minuta do Contrato – Anexo III deste Edital.

14.10. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

14.15. As multas imputadas, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

14.16. A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

14.17. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.18. Deverão ser observadas, ainda, as disposições previstas na **CLÁUSULA DÉCIMA** da Minuta do Contrato – Anexo III deste Edital.

14.19. Os atos administrativos de aplicação de sanções serão publicados no Diário Oficial da União e registrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

14.20. A autoridade superior, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15. **DO PAGAMENTO:**

15.1. De acordo com a **CLÁUSULA TERCEIRA** da Minuta do Contrato – Anexo III deste Edital.

16. **DAS OBRIGAÇÕES DO TRIBUNAL**

16.1. O **TRIBUNAL** obriga-se a cumprir todas as exigências editalícias, inclusive as que estão estabelecidas na **CLÁUSULA QUINTA** da Minuta do Contrato – Anexo III deste Edital.

17. **DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA**

17.1. A licitante vencedora obriga-se a cumprir todas as exigências editalícias, inclusive as que estão estabelecidas na **CLÁUSULA SEXTA** da Minuta do Contrato – Anexo III deste Edital.

18. **DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DA VARIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E DO CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE**

18.1. Após a homologação da licitação, será lavrada a Ata de Registro de Preços - ARP, no modelo do Anexo II deste Edital.

18.2. A Ata de Registro de Preços é um compromisso de fornecimento dos objetos firmado pela licitante vencedora e se destina a subsidiar o acompanhamento dos preços e as responsabilidades assumidas.

18.3. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

18.3.1. O prazo poderá ser prorrogado por solicitação justificada da licitante adjudicatária e aceita pela Administração.

18.4. A Ata de Registro de Preço terá prazo de vigência de 01 (um) ano, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado que o preço permanece vantajoso, conforme art. 84 da Lei n. 14.133/2021 c/c os arts. 15, IX e 22 do Decreto n. 11.462/2023.

18.4.1 Com a prorrogação da Ata de Registro de Preço, ficam renovados os quantitativos do período inaugural, caracterizando prorrogação em sentido amplo.

18.5. Previamente à assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração realizará consulta para verificar eventuais sanções impeditivas na forma do SUBITEM 10.1 deste Edital e quanto às condições de habilitação.

18.6. Na hipótese de irregularidade quanto às condições de habilitação, a licitante vencedora deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital e anexos.

18.6.1. O prazo poderá ser prorrogado por solicitação justificada da licitante adjudicatária e aceita pela Administração.

18.7. Se a licitante vencedora estiver impedida ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, serão convocadas as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, celebrando-se com elas o compromisso representado pela assinatura da Ata de Registro de Preços, independentemente da cominação prevista no artigo 90, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

18.8. A licitante que tenha seus preços registrados obrigar-se-á a cumprir todas as condições dispostas na Ata de Registro de Preços, aplicando-os ao quantitativo solicitado pela Administração.

18.9. Os bens objeto da Ata de Registro de Preços serão solicitados de acordo com a necessidade do **TRIBUNAL** e a execução será nas condições definidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

18.10. Não poderá haver adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos não participantes do certame, tendo em vista o entendimento do Tribunal de Contas da União - TCU por meio do Acórdão 1297/2015-Plenário, TC 003.377/2015-6, relator Ministro Bruno Dantas, 27.5.2015.

18.11. O registro da licitante vencedora será cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;
- b) não retirar a Nota de Empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27 do Decreto n.º 11.462/2023; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

18.11.1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas alíneas acima será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.12. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao **TRIBUNAL** promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no Art. 25 do Decreto n.º 11.462/2023.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

18.13. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o TRE-MA convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados.

18.13.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

18.13.2. Na hipótese prevista no subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do art. 28 do Decreto 11.462/2023.

18.14. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao TRE-MA a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso:

18.14.1. o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas;

18.14.2. na hipótese de comprovação, o TRE-MA atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado

18.14.3. na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo TRE-MA e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro;

18.14.4. na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o TRE-MA convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18 do Decreto 11.462/2023;

18.14.5. se não obtiver êxito nas negociações, o TRE-MA procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

18.15. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, a contratação será formalizada pelo **TRIBUNAL** por meio de instrumento contratual nos moldes do Modelo da Minuta de Contrato - Anexo III deste Edital, ou ainda, quando for o caso, pela emissão da nota de empenho, ordem de serviço ou outro instrumento similar, conforme dispõe o art. 95, da Lei nº 14.133/2021.

18.16. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.16.1. O prazo poderá ser prorrogado por solicitação justificada da licitante adjudicatária e aceita pela Administração.

18.17. Previamente à formalização do Contrato, a Administração realizará consulta para verificar eventuais sanções impeditivas na forma do SUBITEM 10.1 deste Edital e quanto às condições de habilitação.

18.18. O Contrato a ser firmado terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei nº 14.133/2021.

18.19. O **TRIBUNAL** providenciará a divulgação do extrato de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial da União - DOU, por intermédio da Coordenadoria de Licitações, Aquisições e Contratos - COLAC, no prazo de vinte dias úteis, contados da data de sua assinatura.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

18.19.1. A publicação do extrato resumido do Contrato poderá ser acompanhada pelo CONTRATADO no site www.in.gov.br.

18.20. O **TRIBUNAL** poderá rescindir o Contrato desde que ocorra qualquer das hipóteses previstas no artigo 137, da Lei nº 14.133/2021, com as consequências indicadas no seu artigo 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela Lei e neste Edital, nas condições estabelecidas na Minuta do Contrato – Anexo III deste Edital.

18.21. A rescisão do Contrato não eximirá a contratada da aplicação das sanções previstas no instrumento convocatório e seus anexos.

19. DO CADASTRO DE RESERVA

19.1. O Cadastro de Reserva será formado através do registro das licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços:

- a) com preços iguais aos da licitante vencedora;
- b) mantendo suas propostas originais;

19.1.1. A convocação para formação do Cadastro de Reserva será feita pelo **PREGOEIRO** ao final da sessão.

19.2. A apresentação de novas propostas na forma do SUBITEM 19.1 não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante melhor classificada.

19.3. Quando houver a necessidade de contratação, serão observados os procedimentos de aceitabilidade das propostas bem como avaliadas as condições de habilitação das licitantes.

20. DA DURAÇÃO DO CONTRATO

20.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços terão **vigência de até 180 (cento e oitenta) dias**, contados do primeiro útil após a sua publicação, conforme disposto no **ITEM 10** do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

21. DA GARANTIA CONTRATUAL

21.1. Não se aplica.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. O edital deste **PREGÃO** se encontra disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e também nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras e www.tre-ma.jus.br.

22.2. Quaisquer informações relativas a esta licitação serão prestados pelo **PREGOEIRO** e membros da equipe de apoio na **Assistência de Análise e Licitações - ASLIC**, localizada no primeiro andar do Anexo ao Prédio Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, situado na Av. Senador Vitorino Freire, s/n, Areinha, São Luís, através dos telefones: (98) 2107-8876/8823, ou pelo e-mail aslic@tre-ma.jus.br, em dias úteis, de segunda a quinta, no horário das 13 às 19h e na sexta, das 8 às 14h, obedecidos os seguintes critérios:

- a) Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre interessados e o **TRIBUNAL**;
- b) Os casos omissos serão resolvidos pelo **PREGOEIRO**, que decidirá com base nas normas conduzidas pela legislação em vigor aplicada à espécie.

22.3. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no **SISTEMA**, imediatamente disponibilizada na *internet*, para acesso livre.

22.4. Fazem parte integrante deste Edital o Anexo I – Termo de Referência, Anexo II – Ata de Registro de Preço e Anexo III - Minuta do Contrato.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

São Luís, 02 de setembro de 2025.

MATEUS MARINHO ALENCAR

Chefe da ASLIC



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

ANEXO I DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Aquisição de materiais de consumo, agrupados por lote e itens individuais, destinados a atender as demandas da Secretaria do Tribunal e das Zonas Eleitorais, relacionadas às atividades administrativas e eleitorais previstas para os exercícios de 2025 e 2026.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Os materiais objeto da presente contratação destinam-se à reposição de estoque e ao atendimento contínuo das Unidades da Secretaria do Tribunal e das Zonas Eleitorais, especialmente aquelas localizadas no interior do Estado.

2.2. A contratação visa suprir a necessidade de materiais de consumo indispensáveis à execução regular das atividades administrativas e eleitorais, assegurando o funcionamento adequado dos cartórios eleitorais e das seções de votação. Dentre os itens previstos, destacam-se materiais de expediente, de acondicionamento, de embalagem e correlatos, amplamente utilizados nas rotinas operacionais das unidades da Justiça Eleitoral. Ressalta-se que parte desses materiais será utilizada especificamente para o atendimento das demandas logísticas e operacionais relacionadas à realização das Eleições de 2026.

2.3. A aquisição será realizada por meio de contratação **por lote e itens individuais**, com o objetivo de viabilizar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, promovendo ganhos de escala, economia processual e racionalização da gestão contratual, nos termos do art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e da Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução consiste na aquisição de materiais de consumo, organizados por lote, e individuais, por meio de Pregão Eletrônico na forma de Registro de Preços, com entregas parceladas ao longo da vigência da ata. Tal modelo visa proporcionar melhor gestão dos estoques, garantindo o fornecimento contínuo e conforme a demanda das unidades, além de evitar acúmulo desnecessário e desperdício de recursos. Considera-se, ainda, a inviabilidade de estocar o quantitativo total estimado para o período contratual.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Exigência de Amostra

Necessária a apresentação de amostra para aprovação pela unidade demandante dos itens envelopes, cordão para crachá e plaqueta patrimonial.

As amostras deverão ser entregues no prazo máximo de **08 (oito) dias úteis** a contar da solicitação formal da Administração, e deverão ser encaminhadas à Seção de Gestão de Almoxarifado, devidamente identificadas com os dados da empresa e o número do processo licitatório.

Critérios de Avaliação das Amostras:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

A análise das amostras será realizada por comissão ou servidor designado, observando os seguintes aspectos:

1. Envelopes:

- Formato e dimensões conforme especificação;
- Gramatura do papel (mínimo exigido, ex: 90g/m²);
- Cor e opacidade do papel;
- Acabamento e resistência ao manuseio.

2. Cordão para crachá:

- Material do cordão (ex: poliéster, resistente e com boa textura);
- Largura mínima (ex: 10 mm);
- Presilha ou gancho metálico do tipo jacaré ou similar;
- Qualidade do fecho e da costura/colagem;
- Conforto e segurança para uso contínuo.

3. Plaqueta patrimonial:

- Material (ex: alumínio anodizado, plástico resistente ou outro conforme especificado);
- Dimensões e espessura mínima;
- Clareza e fixação da gravação (número, código de barras ou QR Code);
- Resistência à abrasão, calor e umidade;
- Adesivo de fixação com boa aderência e durabilidade.

A **aprovação da amostra** será condição para o fornecimento dos itens. A reprovação da amostra implicará **desclassificação da proposta**, salvo se houver possibilidade de reapresentação dentro do prazo fixado pela Administração.

A aceitação da amostra não exime a contratada da entrega dos produtos finais em total conformidade com as especificações do edital e da amostra aprovada.

4.2. Vistoria ou Visita Técnica

Não se aplica vistoria ou visita técnica ao objeto desta contratação, por se tratar de aquisição de materiais de consumo, cuja especificidade não requer inspeção prévia no local de entrega.

4.3. Critérios de Sustentabilidade

Os critérios de sustentabilidade vinculam-se aos processos de fabricação dos materiais, sendo incentivado, sempre que possível, o uso de matérias-primas recicláveis, a observância das normas ambientais vigentes e o respeito à legislação relativa à origem, extração e manejo sustentável dos recursos utilizados.

Será obrigação da contratada o acondicionamento adequado do material com a utilização de embalagens recicláveis, considerando o menor volume possível (Portaria nº 271/2022 c/c Portaria nº 1306/2023, ambas do TRE-MA).

4.4. Subcontratação

A subcontratação será permitida exclusivamente para fins de transporte e entrega dos materiais no local designado pela Administração, não sendo admitida para o fornecimento direto dos produtos licitados.

4.5. Garantias

Não será exigida garantia pecuniária para a execução do contrato decorrente deste certame.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Os materiais deverão ser entregues na Seção de Gestão de Almoxarifado do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), localizada na Avenida Senador Vitorino Freire, s/n, bairro Areinha,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

CEP 65010-917, nos seguintes horários: de segunda a quinta-feira, das 13h às 18h; e às sextas-feiras, das 8h às 13h. Entregas no turno da manhã, fora do expediente regular, somente serão permitidas mediante agendamento prévio. O recebimento será realizado por servidores designados, conforme especificado no item 12 deste Termo de Referência.

5.2. Todos os custos relacionados à entrega dos materiais, incluindo frete, descarregamento e movimentação até o interior do depósito do Almoarifado, serão de total responsabilidade da CONTRATADA. O TRE/MA não fornecerá mão de obra ou recursos para auxiliar nesse processo.

5.3. O recebimento inicial dos materiais será realizado, de forma provisória, pela Seção de Gestão de Almoarifado, mediante conferência da quantidade entregue. A confirmação será feita com a assinatura e identificação do servidor responsável no canhoto da Nota Fiscal ou em documento emitido pela transportadora.

5.3.1. Não serão aceitos materiais com marca distinta da informada na proposta apresentada pela CONTRATADA.

5.4. No prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório, a Seção de Gestão de Almoarifado verificará a conformidade dos materiais entregues com as especificações constantes do edital. Em caso de conformidade, o recebimento definitivo será efetuado.

5.4.1. A aceitação definitiva ocorrerá com o registro da entrada dos materiais no sistema de gestão de materiais de consumo e a consequente emissão da nota de recebimento.

5.5. Havendo qualquer irregularidade identificada no momento do recebimento provisório, a CONTRATADA deverá providenciar a substituição dos itens, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação formal realizada pelo fiscal do contrato. Esse prazo de substituição não configura prorrogação do prazo de entrega. Os materiais substituídos também serão submetidos à verificação antes do recebimento definitivo.

5.6. O recebimento definitivo não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à qualidade dos materiais fornecidos, devendo sanar quaisquer irregularidades constatadas durante o prazo de garantia do produto.

5.7. O prazo máximo para entrega dos materiais será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho pela CONTRATADA.

5.8. A nota de empenho será enviada ao endereço eletrônico informado pela CONTRATADA, conforme previsto no item 5.10 deste Termo de Referência.

5.9. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo monitoramento e verificação diária de seu endereço eletrônico, devendo manter-se atenta às comunicações e notificações enviadas pelo TRE/MA referentes ao presente pregão eletrônico.

5.10. Todas as notificações à CONTRATADA decorrentes deste pregão eletrônico, inclusive o envio da nota de empenho, serão encaminhadas ao e-mail informado na proposta.

5.10.1. As mensagens eletrônicas encaminhadas ao endereço informado serão consideradas lidas após o transcurso de 48 (quarenta e oito) horas do envio, iniciando-se a contagem do prazo para entrega a partir do primeiro dia útil subsequente.

5.11. Caso a CONTRATADA confirme o recebimento da nota de empenho antes do prazo previsto no subitem 5.10.1, o prazo para entrega será contado a partir da data da confirmação.

5.12. Obrigações da Contratada

a) Fornecer os materiais em conformidade com as especificações, marcas, prazos de validade e preços constantes da proposta vencedora da licitação, bem como nas quantidades requisitadas pela Administração;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

- b) Efetuar a entrega dos materiais contratados dentro do prazo estipulado, em perfeitas condições de uso, devidamente acondicionados em embalagens originais, sem indícios de avaria ou violação;
- c) Assumir integralmente todos os encargos relacionados à entrega dos produtos, inclusive despesas com frete e transporte até o local designado pela Administração;
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- e) Responsabilizar-se integralmente por todas as despesas diretas ou indiretas decorrentes dos valores devidos a seus empregados, inclusive encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, no cumprimento das obrigações assumidas;
- f) Substituir, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da notificação por e-mail (aplicando-se a regra de confirmação de leitura dos itens 5.10 e 5.11 deste Termo de Referência), qualquer material defeituoso entregue, observado o prazo de garantia aplicável;
- g) Entregar os materiais acompanhados do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE);
- h) Encaminhar, sempre que solicitado pela Administração, por meio eletrônico, cópia do DANFE, bem como das Certidões de Regularidade Fiscal, Regularidade junto ao INSS e ao FGTS, e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), vigentes;
- i) Ressarcir eventuais prejuízos causados ao TRE/MA ou a terceiros, decorrentes de falhas, omissões, ineficiência ou irregularidades na execução das obrigações contratuais;
- j) Indicar, formalmente, um preposto responsável por representar a contratada durante a vigência do contrato, informando seus dados de contato (telefone e e-mail);
- k) Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação exigidas no certame licitatório.
- l) Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos por qualquer meio ou prestados pelo TRE-MA, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros e nem a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à Contratada, durante e após a vigência do contrato, observados ainda, no que couber, as diretrizes vigentes adstritas à LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), bem como à Resolução CD/ANPD nº 2/2022.

5.13. Obrigações da Contratante

- a) Assegurar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência;
- b) Realizar o acompanhamento, fiscalização e controle da entrega dos materiais, conforme especificações estabelecidas;
- c) Efetuar o pagamento à CONTRATADA nos prazos e condições definidos no edital do certame ou documento equivalente;
- d) Garantir o acesso dos representantes da CONTRATADA às dependências do órgão, quando necessário, para fins de entrega dos materiais contratados;
- e) Prestar tempestivamente as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, viabilizando o cumprimento das obrigações contratuais dentro dos prazos estipulados;
- f) Informar imediatamente à CONTRATADA sobre qualquer irregularidade identificada na entrega ou nas condições dos materiais fornecidos;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

- g) Promover a fiscalização da execução contratual, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, registrando as falhas verificadas e comunicando formalmente à CONTRATADA os fatos que demandem providências corretivas;
- h) Exigir o cumprimento integral das obrigações assumidas pela CONTRATADA, conforme as cláusulas contratuais e os termos da proposta vencedora;
- i) Notificar formalmente a CONTRATADA sobre eventuais imperfeições ou falhas constatadas durante a execução do contrato, fixando prazo para correção e, quando for o caso, aplicando as penalidades previstas no item 11 deste Termo de Referência.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão e a fiscalização da execução contratual serão exercidas por servidores lotados na Seção de Gestão de Almoxarifado, designados por meio de portaria específica, a ser publicada após a homologação da licitação.

6.2. A gestão do contrato terá início com o pedido de emissão da nota de empenho e prosseguirá com o envio do respectivo documento ou ordem de fornecimento à empresa contratada, abrangendo ainda o acompanhamento dos prazos de entrega, o recebimento dos materiais e a instrução dos processos de pagamento.

6.3. Os servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão indicados abaixo:

Gestor: Helena Antonia de Sousa Paiva, Matrícula 309913

Fiscal titular: Helena Antonia de Sousa Paiva, Matrícula 309913

Fiscal substituto: Antonio Carlos Maciel Peixoto, Matrícula 30990628

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento definitivo dos materiais, devidamente atestado pela unidade competente.

7.2. Antes da liberação de cada pagamento, será realizada consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) com a finalidade de verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA.

7.2.1. Constatada a existência de irregularidade da CONTRATADA junto ao SICAF, esta será formalmente advertida para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, promova a regularização de sua situação cadastral ou apresente defesa. O prazo poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

7.2.2. Caso não ocorra a regularização ou se a defesa apresentada for considerada improcedente, a CONTRATANTE comunicará o fato aos órgãos fiscalizadores competentes, informando a inadimplência da CONTRATADA, bem como a existência de pagamento pendente, para que sejam adotadas as providências cabíveis visando à salvaguarda do interesse público.

7.2.3. Persistindo a situação de inadimplência, a CONTRATANTE adotará as medidas necessárias à rescisão contratual, por meio de processo administrativo específico, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.2.4. Havendo a execução regular do objeto contratado, os pagamentos poderão ser realizados normalmente até que haja decisão formal pela rescisão do contrato, caso a irregularidade não seja sanada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

7.2.5. A rescisão contratual por inadimplência no SICAF será obrigatória, salvo quando justificada por motivos de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público relevante, mediante despacho fundamentado da autoridade máxima da CONTRATANTE.

7.2.6. Considera-se como data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária pela CONTRATANTE.

7.3. A CONTRATANTE não se responsabilizará por despesas incorridas pela CONTRATADA que não estejam expressamente previstas no contrato.

7.4. No caso de atraso no pagamento, desde que não tenha havido culpa da CONTRATADA, serão devidos encargos moratórios à taxa nominal de 6% (seis por cento) ao ano, capitalizados diariamente sob o regime de juros simples.

7.4.1. O valor dos encargos será calculado segundo a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios devidos

I = Índice de compensação financeira (0,00016438)

N = Número de dias entre a data prevista e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da prestação em atraso

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Considerando que se trata da aquisição de bens comuns, a modalidade licitatória recomendada é o Pregão, na forma eletrônica, com adjudicação por item e/ou lote, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021. Tendo em vista a possibilidade de entregas parceladas ou solicitações frequentes, recomenda-se que o certame seja realizado sob o Sistema de Registro de Preços, nos termos da Seção V da Lei nº 14.133/2021, combinado com o art. 3º do Decreto nº 11.462/2023.

8.2. As propostas apresentadas deverão conter a descrição detalhada dos produtos ofertados, incluindo marca, modelo, dimensões, composição, e demais informações que possibilitem a análise técnica e aceitação do item. É facultado ao licitante o envio de catálogos, fotografias ou links para páginas eletrônicas contendo as especificações completas dos produtos. A proposta deverá conter, ainda, os dados completos do proponente, tais como razão social, nome fantasia, CNPJ, endereço físico, telefones de contato, nome do representante legal, dados bancários e endereço eletrônico (e-mail).

8.3. As propostas serão analisadas pelo pregoeiro, com o apoio técnico da unidade requisitante, sendo facultada a realização de diligências para o esclarecimento de informações relativas às especificações dos produtos ofertados.

8.4. Será declarada vencedora a licitante que atender integralmente às exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital, e que apresentar o MENOR PREÇO POR GRUPO OU ITEM, observado o princípio da vantajosidade.

8.5. Os preços ofertados deverão ser firmes e incluir todos os custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento dos bens, tais como impostos, encargos, taxas e despesas com transporte, não sendo admitida a apresentação de valores superiores aos estimados neste instrumento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

8.6. Os pedidos de fornecimento poderão ser realizados imediatamente após a homologação do certame e a assinatura da Ata de Registro de Preços, conforme as demandas das unidades administrativas da CONTRATANTE.

8.7 Atestado de capacidade técnica:

Para a aquisição dos itens **CANETA AZUL, FITA GOMADA KRAFT - 50M e PASTA TRANSPARENTE**, é essencial comprovar a aptidão do fornecedor para atender às exigências contratuais, especialmente quanto à entrega em volumes consistentes, com a qualidade especificada e no prazo estabelecido. Essa comprovação pode se dar por meio de atestado de capacidade técnica, emitido por órgãos ou empresas que tenham sido anteriormente atendidos com êxito pelo fornecedor. Tal exigência encontra respaldo no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, combinado com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

Deverão constar no(s) atestado(s) as seguintes informações:

Objeto compatível: comprovar que o licitante executou, de forma satisfatória, fornecimento dos itens, com características semelhantes às descritas no presente Termo de Referência.

Quantidade mínima fornecida: indicar fornecimento de quantitativo compatível com o objeto da licitação. Recomenda-se a exigência de fornecimento mínimo correspondente a, no mínimo, **50% da quantidade total prevista no presente certame**, demonstrando capacidade logística e operacional do licitante.

Declaração de desempenho satisfatório: conter declaração expressa de que o fornecimento foi realizado de forma **satisfatória**, mencionando, sempre que possível, aspectos como pontualidade na entrega, conformidade com a qualidade exigida e atendimento às condições contratuais.

Emitente do atestado: deverá ser emitido por **pessoa jurídica de direito público ou privado**, em papel timbrado, assinado por representante legal, constando nome, cargo e dados de contato do responsável pela emissão, além de data da prestação do serviço.

Abrangência do fornecimento: que o fornecimento atestado tenha sido realizado de forma **contínua ou em lote único**, com escopo comparável à presente contratação, preferencialmente para órgãos públicos ou empresas de grande porte, de forma a atestar a capacidade técnica do licitante.

Apresentação: O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em **cópia simples**, juntamente com a proposta, podendo a Administração solicitar, a qualquer tempo, os documentos originais ou autenticados para fins de conferência.

8.8. Para fins de qualificação econômico-financeira, serão exigidos os seguintes documentos para os itens: **CANETA AZUL, FITA GOMADA KRAFT - 50M e PASTA TRANSPARENTE**.

8.8.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

8.8.1.1. Caso a licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices, deverá apresentar patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação.

8.8.1.2. No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída a menos de 2 (dois) anos, os documentos referidos no subitem acima limitar-se-ão ao último exercício social.

8.8.2. Certidão Negativa de Falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da Licitante, com emissão de até 60 dias da abertura da licitação.

8.8.2.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

8.8.3. Caso seja necessário, a Contratante poderá diligenciar junto à licitante acerca das declarações prestadas.

9. CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo total estimado para esta contratação é de **R\$ 685.055,96** (seiscentos e oitenta e cinco mil, cinquenta e cinco reais e noventa e seis centavos) conforme estimativa de preços detalhada no **ANEXO I**.

10. VIGÊNCIA E REAJUSTE

10.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado por igual período, mediante renovação dos quantitativos registrados, desde que comprovada a manutenção de preços vantajosos para a Administração.

10.2. Em caso de prorrogação da Ata, a CONTRATADA poderá requerer reajuste dos preços pactuados.

10.3. O reajuste deverá observar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, considerando-se a variação acumulada nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data do pedido de reajuste.

10.4. Poderá ser dispensada a pesquisa de mercado para fins de comprovação da vantajosidade da prorrogação quando houver manifestação técnica fundamentada indicando que o índice aplicado (IPCA ou equivalente) é compatível ou inferior ao cenário econômico vigente.

10.5. As partes poderão acordar reajuste inferior ao previsto no item 10.3, de forma consensual.

10.6. A existência de preços registrados na Ata não obriga a Administração a firmar contratações decorrentes, que ocorrerão conforme suas necessidades.

10.7. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, as contratações decorrentes poderão ser iniciadas dentro do prazo de vigência da mesma.

10.8. A formalização das contratações será realizada por meio de instrumento contratual específico ou, alternativamente, pela emissão da Ordem de Fornecimento, cuja vigência não poderá ultrapassar 180 (cento e oitenta) dias.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

11.2 Ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas serão aplicadas as seguintes sanções:

11.2.1 **Advertência**, em caso de inexecuções parciais de baixo potencial lesivo, assim entendidas como aquelas que não comprometam a execução do objeto.

11.2.2 **Impedimento de licitar e contratar com a União** pelo prazo de até 3 anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem 11.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem 11.1, bem como pela prática de condutas sujeitas à sanção de impedimento de licitar e contratar (subitem 11.2.2) que, pela extensão dos danos, justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

11.2.4 **Multa:**

11.2.4.1 **Moratória** de 1% (um por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso injustificado no cumprimento das obrigações e prazos contratuais, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.2.4.1.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a converter a multa moratória em compensatória e promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.2.4.2 **Compensatória de 5% a 10% sobre o valor total do contrato**, nos descumprimentos e inexecuções parciais que comprometam a execução do objeto, desde que não configurem a hipótese prevista na alínea "b" do subitem 11.1. São exemplos desse tipo de conduta típica:

- a) a entrega do objeto em quantidade menor que o solicitado;
- b) a entrega de itens com defeitos, vícios ocultos ou fora das especificações contratadas;
- b) a inobservância de requisitos de sustentabilidade;
- d) a não entrega da documentação exigida para pagamento.

11.2.4.3 **Compensatória de 11% a 30% sobre o valor total do contrato**, nas hipóteses sujeitas às sanções de impedimento de licitar e contratar (subitem 11.2.2) e declaração de inidoneidade (subitem 11.2.3).

11.3 A critério da Administração, na hipótese de descumprimento parcial prevista na alínea "a" do subitem 11.2.4.2, o objeto entregue em quantidade menor que o solicitado poderá ser, justificadamente, recebido e aceito pelo fiscal do contrato, desde que atendidas as especificações exigidas e providenciada a glosa na fatura do valor correspondente à parcela não cumprida.

11.4 A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.6 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou cobrada judicialmente.

11.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante.

11.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.12 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa poderá ser realizada com recursos orçamentários disponíveis para a Seção de Gestão de Almoxarifado, aprovados para os anos 2025 e 2026.

13. PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

13.1 A contratação alinha-se aos Macrodesafios do Poder Judiciário para o interstício 2021-2026 no que tange ao Aprimoramento da Gestão Orçamentária e Financeira e está prevista no Plano Anual de Contratações aprovado para o exercício de 2025, através da Portaria n.º 1344/2023.

14. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

Helena Antonia de Sousa Paiva, Matrícula: 309913

E-mail: segal@tre-ma.jus.br

Telefones: 2107-8734/8732/8758.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

SUBANEXO I DO ANEXO I

ITEM	MATERIAL	Unid.	Qtde. Total	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$	Qtde. Inicial	Valor Inicial R\$
LOTE 1							
01	<p>Caixa-Arquivo em Polipropileno Corrugado</p> <p>Descrição detalhada: Caixa-arquivo confeccionada em polipropileno corrugado, indicada para acondicionamento, transporte e arquivamento de documentos e pastas.</p> <p>Características mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Material: polipropileno corrugado;• Medidas externas aproximadas: 350 mm (comprimento) x 130 mm (largura) x 250 mm (altura);• Abas internas: com reforço mínimo de 30 mm;• Espessura mínima: 2,5 mm;• Gramatura mínima: 350 g/m²;• Cores: 50% azul e 50% cinza, sem impressão personalizada;• Estrutura: com vincos nos locais de dobra para facilitar a montagem;• Acondicionamento: em caixas rígidas contendo lotes de 50 (cinquenta) ou 10 (dez) unidades;• Sustentabilidade: produto fabricado com material reciclável. <p>A utilização de polipropileno corrugado reciclável contribui para reduzir o consumo de materiais de difícil reaproveitamento e estimula práticas de economia circular, alinhadas às diretrizes de sustentabilidade da Administração Pública.</p>	Unid.	7.300	4,73	34.529,00	3.650	17.264,50
02	<p>Papel sulfite A3, branco, 75g/m², pacote com 500 folhas.</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS:</p> <ul style="list-style-type: none">• Formato: A3 (297 mm x 420 mm);• Gramatura: 75 g/m²;• Tipo: sulfite branco, alcalino (pH neutro), não reciclado;• Apresentação: folhas lisas, uniformes, sem presença de pontos, manchas, furos, rasgos, pó ou dobras;• Opacidade: mínima de 92%;• Brancura: mínima de 160 CIE;• Apresentação: em resmas contendo 500 (quinhentas) folhas cada;• Marca: a embalagem da resma deverá conter claramente a marca do fabricante, devendo constar também: quantidade de folhas, peso líquido e demais informações exigidas pela legislação vigente;• Matéria-prima: produzido com celulose de madeira de origem legal;	Resma	45	56,99	2.564,55	30	1.709,70



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

	<ul style="list-style-type: none">• Certificação: com certificação FSC (Forest Stewardship Council) ou equivalente e/ou com Selo de Identificação da Conformidade da Cerflor, atestando a origem sustentável da matéria-prima;• Embalagem:<ul style="list-style-type: none">o As resmas deverão ser entregues acondicionadas em embalagem adequada, com o menor volume possível;o A embalagem deve utilizar materiais recicláveis ou reciclados, de forma a garantir a máxima proteção durante transporte e armazenamento;o As embalagens plásticas devem ser totalmente vedadas e de material reciclável;• Qualidade do papel: livre de partículas e impurezas que possam danificar equipamentos de impressão, com estabilidade dimensional e acabamento que proporcione excelente desempenho em impressoras laser, jato de tinta e copiadoras. <p>Critérios de sustentabilidade: A exigência de certificação FSC ou equivalente, a comprovação de uso de celulose de origem legal, e a obrigatoriedade de embalagens recicláveis ou recicladas visam assegurar que a contratação contribua para práticas de gestão ambientalmente responsável, em conformidade com as diretrizes de sustentabilidade da Administração Pública.</p>						
03	<p>Pasta em Papel Cartolina Plastificada com Aba e Elástico</p> <p>Descrição detalhada: Pasta confeccionada em papel tipo cartolina plastificada, com aba lateral e fechamento por elástico, indicada para acondicionamento, transporte e organização de documentos.</p> <p>Características mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Material: papel tipo cartolina, com plastificação externa para maior resistência e durabilidade;• Matéria-prima: produzida com materiais reciclados ou com celulose de madeira de origem legal;• Dimensões aproximadas: 340 mm x 230 mm, com tolerância máxima de ± 20 mm em cada lado;• Estrutura:<ul style="list-style-type: none">o com aba lateral interna, que facilita o acondicionamento seguro dos documentos;o com elástico de fechamento resistente, firmemente fixado, que permita a utilização repetida sem perda de eficiência;• Cores: azul e preta (mínimo de uma dessas cores ou ambas no fornecimento, conforme orientação da Administração);• Acondicionamento: embaladas em pacotes contendo 50 (cinquenta) ou 100 (cem)	Unid.	11.950	3,38	40.391,00	6.000	20.280,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

	<p>unidades cada, devidamente protegidas para transporte e armazenamento;</p> <ul style="list-style-type: none">• Acabamento: produto com acabamento uniforme, sem rebarbas, vincos indesejados ou imperfeições que comprometam a funcionalidade ou a apresentação. <p>Critérios de sustentabilidade: A utilização de papel reciclado ou de celulose de origem legal, bem como a exigência de materiais duráveis e reutilizáveis (como a plastificação e o elástico), está em conformidade com as diretrizes de consumo consciente e de gestão ambientalmente responsável da Administração Pública.</p>						
04	<p>Prancheta para Papéis, em acrílico Descrição detalhada: Prancheta rígida, destinada ao apoio de papéis e documentos para preenchimento, assinatura ou transporte, em ambiente interno ou externo.</p> <p>Características mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Material: acrílico ou poliestireno rígido de alto impacto;• Cor: transparente ou fumê• Acabamento: opaco, resistente a riscos e impactos;• Prendedor: o prendedor metálico com mola de alta resistência para fixação segura dos papéis; o com suporte para pendurar (orifício ou gancho integrado ao prendedor ou à própria estrutura da prancheta);• Dimensões: 23 cm x 33 cm, com tolerância máxima de ± 15 mm em cada lado;• Material reciclável: o corpo da prancheta e seus componentes deverão ser produzidos com materiais recicláveis;• Apresentação: acabamento uniforme, sem rebarbas ou imperfeições que possam comprometer a segurança ou a funcionalidade do produto. <p>Critérios de sustentabilidade: A exigência de materiais recicláveis no corpo da prancheta e nos componentes metálicos visa promover práticas de consumo consciente e redução de resíduos não recicláveis, em alinhamento com as políticas de sustentabilidade da Administração Pública.</p>	Unid.	848	19,01	16.120,48	424	8.060,24



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

05	<p>Saco Plástico para Documentos</p> <p>Descrição detalhada: Saco plástico transparente, destinado ao acondicionamento e proteção de documentos diversos, com capacidade para armazenar e proteger papéis e formulários de uso administrativo.</p> <p>Características mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Material: plástico transparente, reciclável;• Capacidade: comporta até 40 folhas de papel formato A4 (75 g/m²);• Dimensões:<ul style="list-style-type: none">o Comprimento: 330 mm;o Largura: 240 mm, com tolerância máxima de até +20 mm;• Espessura mínima: 0,12 micra;• Transparência: o material deve permitir a visualização clara dos documentos acondicionados;• Acondicionamento: em pacotes contendo 50 (cinquenta) ou 100 (cem) unidades, devidamente protegidos para transporte e armazenamento;• Apresentação: sacos com acabamento uniforme, sem emendas, perfurações ou defeitos que comprometam sua resistência ou transparência. <p>Critérios de sustentabilidade: A exigência de utilização de material plástico reciclável e de embalagens sustentáveis reforça o compromisso com práticas de gestão ambientalmente responsável e de consumo consciente, contribuindo para a redução de resíduos de difícil reaproveitamento.</p>	Unid.	3.700	0,17	629,00	2.000	340,00
LOTE 2							
06	<p>Pincel para Quadro Branco</p> <p>Descrição detalhada: Pincel marcador para uso em quadros brancos, indicado para escrita temporária em superfícies lisas, com fácil remoção a seco.</p> <p>Características mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Corpo: fabricado em material plástico, com formato cilíndrico;• Tipo: descartável (não recarregável);• Ponta: em acrílico ou poliéster macio, que proporcione escrita suave e uniforme, sem danificar a superfície do quadro branco;• Cores da escrita:<ul style="list-style-type: none">o 50% azul;o 25% preta;o 25% vermelha;• Validade: mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo pelo TRE/MA;• Informações obrigatórias: cada unidade deverá apresentar, na embalagem ou no corpo do produto, as seguintes informações:<ul style="list-style-type: none">o Nome do fabricante;	Unid.	28	3,38	94,64	18	60,84



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

	<p>o Data de validade;</p> <p>o Demais informações exigidas pela legislação vigente;</p> <ul style="list-style-type: none">• Acondicionamento: em embalagem que proteja adequadamente o produto contra ressecamento durante transporte e armazenamento. <p>Critérios de sustentabilidade: A exigência de embalagens adequadas e informações claras de validade assegura o uso responsável do produto e reduz desperdício. A utilização de marcador descartável com corpo plástico reciclável contribui para as práticas de gestão sustentável da Administração Pública.</p>						
07	<p>Pincel Marcador Permanente (Tipo Pincel Atômico) – cada caixa com 12 unidades</p> <p>Descrição detalhada: Pincel marcador permanente, tipo pincel atômico, indicado para escrita e marcação em superfícies porosas, como papel, cartolina e papelão.</p> <p>Características mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Tipo de escrita: grossa, com espessura de traço entre 4 mm e 6 mm;• Tinta: à base de álcool, com secagem rápida e alta resistência;• Ponta: em feltro chanfrada indeformável, que mantenha a forma e o desempenho durante o uso contínuo;• Material do corpo: produzido com materiais recicláveis;• Indicação de cor: obrigatória na tampa do marcador ou expressa de forma visível no corpo do pincel;• Cores da escrita:<ul style="list-style-type: none">o 40% azul;o 40% preto;o 20% vermelho;• Validade: mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo pelo TRE/MA;• Apresentação:<ul style="list-style-type: none">o Fornecido em embalagem original do fabricante, que garanta a integridade e conservação do produto até seu uso final;o A embalagem e o corpo do marcador deverão conter, de forma legível e permanente:<ul style="list-style-type: none">▪ Nome da marca/fabricante;▪ Prazo de validade;▪ Demais informações obrigatórias previstas em legislação vigente;• Critério de sustentabilidade: produto e embalagem devem ser recicláveis, contribuindo para práticas de consumo consciente e gestão sustentável de materiais. <p>Critérios de sustentabilidade:</p>	Caixa	108	25,17	2.718,36	54	1.359,18



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

	A exigência de materiais recicláveis , tanto no corpo do marcador quanto na embalagem, está alinhada às diretrizes de gestão ambientalmente responsável e ao estímulo à redução de resíduos não recicláveis no consumo de materiais de escritório.						
08	<p>Pincel (Caneta) Marca-Texto, cada caixa contendo com 12 unidades</p> <p>Descrição detalhada: Pincel (caneta) marca-texto, indicado para destaque de trechos de textos e documentos, com traço de alta visibilidade e durabilidade.</p> <p>Características mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Tipo de ponta: chanfrada, que permita duas possibilidades de largura de traço (traço largo e fino);• Tinta:<ul style="list-style-type: none">o de alta durabilidade;o sem cheiro perceptível durante o uso normal;o não tóxica (conforme normas de segurança e saúde aplicáveis);• Material do corpo: produzido com materiais recicláveis;• Cores da tinta:<ul style="list-style-type: none">o 50% amarelo;o 50% laranja;• Indicação obrigatória no produto:<ul style="list-style-type: none">o Marca/fabricante;o Prazo de validade (expressamente indicado no corpo da caneta);o Demais informações obrigatórias do fabricante (razão social, CNPJ, país de origem, etc.);• Prazo de validade: não inferior a 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo pelo TRE/MA;• Acondicionamento: em embalagem original do fabricante, que proteja o produto de danos físicos e ambientais durante o transporte e armazenamento. <p>Critérios de sustentabilidade: A exigência de materiais recicláveis no corpo da caneta e na embalagem promove práticas de consumo sustentável, contribuindo para a redução da geração de resíduos não recicláveis, em alinhamento com as diretrizes ambientais da Administração Pública.</p>	Caixa	136	8,60	1.169,60	90	774,00
09	<p>Papel para Recados (Tipo Post-it)</p> <p>Descrição detalhada: Papel para recados com uma face auto-adesiva removível, tipo post-it, indicado para anotações temporárias e marcações em documentos e superfícies diversas.</p> <p>Características mínimas exigidas:</p>	unid	1.532	2,88	4.412,16	770	2.217,60



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

	<ul style="list-style-type: none">• Material: papel 100% reciclável, produzido com materiais reciclados e/ou com utilização de celulose de madeira de origem legal;• Adesivo: em uma das faces, com adesivo de boa qualidade, removível, que não deixe resíduos ao ser retirado de superfícies compatíveis (papel, vidro, plástico, metal, etc.);• Formato: quadrado;• Dimensões mínimas: 76 mm x 76 mm;• Cores: diversas 25% azul, 25% amarelo, 25% verde, 25% laranja;• Apresentação:<ul style="list-style-type: none">o Em blocos contendo 100 (cem) folhas cada;o Blocos embalados individualmente, em plásticos transparentes que permitam visualização do conteúdo;o A embalagem deverá conter informações técnicas sobre o material e sobre o fabricante (razão social, CNPJ, endereço, país de origem).• Qualidade do adesivo: deve garantir aderência adequada e duradoura durante o uso normal, sem comprometer a integridade da superfície aplicada. <p>Critérios de sustentabilidade: A utilização de papel 100% reciclável e de materiais reciclados ou de celulose de origem legal está alinhada às práticas de consumo consciente e à promoção da economia circular. As embalagens individuais transparentes e recicláveis garantem proteção adequada durante transporte e armazenamento, com menor impacto ambiental.</p>						
LOTE 3							
10	<p>Clipe Tipo Niquelado, nº 1/0</p> <p>Descrição detalhada: Clipe metálico tipo niquelado, indicado para agrupamento e organização de documentos.</p> <p>Características mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Material: aço inoxidável com acabamento niquelado, resistente à oxidação e corrosão;• Formato: paralelo;• Tamanho: nº 1/0;• Quantidade: embalado em caixas contendo 100 (cem) unidades cada;• Acondicionamento: as caixas devem ser embaladas em material reciclável (papel, papelão ou plástico reciclável), devidamente protegidas para transporte e armazenamento;• Apresentação: produto com acabamento uniforme, sem rebarbas ou imperfeições que possam danificar os documentos. <p>Critérios de sustentabilidade:</p>	Caixa	1.260	2,92	3.679,20	800	2.336,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

	A adoção de embalagens recicláveis e de materiais metálicos duráveis e recicláveis , como o aço inoxidável, está alinhada às práticas de sustentabilidade, contribuindo para a redução de resíduos de difícil reaproveitamento e incentivando o uso de produtos com maior vida útil e potencial de reciclagem.						
11	<p>Clipe Tipo Niquelado, nº 6/0</p> <p>Descrição detalhada: Clipe metálico tipo niquelado, indicado para agrupamento e organização de documentos de maior volume ou gramatura.</p> <p>Características mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Material: aço inoxidável com acabamento niquelado, resistente à oxidação e corrosão;• Formato: paralelo;• Tamanho: nº 6/0 (dimensões compatíveis com padrão para agrupamento de documentos de maior espessura);• Quantidade: embalado em caixas contendo 50 (cinquenta) unidades cada;• Embalagem: acondicionados em embalagens recicláveis, tais como papel, papelão ou plástico reciclável, garantindo proteção durante o transporte e armazenamento;• Apresentação: produto com acabamento uniforme, sem rebarbas, arestas cortantes ou imperfeições que possam danificar os documentos. <p>Critérios de sustentabilidade: utilização de materiais metálicos duráveis e recicláveis, como o aço inoxidável, combinada com embalagens recicláveis, contribui para a redução de resíduos plásticos de uso único e incentiva práticas de consumo sustentável e de economia circular.</p>	Caixa	1.350	3,33	4.495,60	800	2.664,00
12	<p>Clipe Tipo Niquelado, nº 8/0</p> <p>Descrição detalhada: Clipe metálico tipo niquelado, indicado para agrupamento e organização de documentos de maior volume ou gramatura.</p> <p>Características mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Material: aço inoxidável com acabamento niquelado, resistente à oxidação e corrosão;• Formato: paralelo;• Tamanho: nº 8/0 (dimensões compatíveis com padrão para agrupamento de documentos de maior espessura);• Quantidade: embalado em caixas contendo 25 (vinte e cinco) unidades cada;• Embalagem: acondicionados em embalagens recicláveis, tais como papel, papelão ou plástico reciclável, garantindo proteção durante o transporte e armazenamento;	Caixa	1.206	3,32	4.003,92	800	2.656,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

	<ul style="list-style-type: none">• Apresentação: produto com acabamento uniforme, sem rebarbas, arestas cortantes ou imperfeições que possam danificar os documentos. <p>Critérios de sustentabilidade: A utilização de materiais metálicos duráveis e recicláveis, como o aço inoxidável, combinada com embalagens recicláveis, contribui para a redução de resíduos plásticos de uso único e incentiva práticas de consumo sustentável e de economia circular.</p>						
13	<p>Grampeador Metálico</p> <p>Descrição detalhada: Grampeador de uso manual, confeccionado em metal, com design anatômico, indicado para grampeamento de documentos administrativos e eleitorais.</p> <p>Características mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Tipo: grampeador metálico, tipo anatômico, para uso manual;• Acabamento: niquelado, resistente à corrosão;• Compatibilidade: para grampos padrão 26/6;• Capacidade de grampeamento: até 25 (vinte e cinco) folhas de papel com gramatura de 75 g/m²;• Capacidade de carga: comporta até 200 (duzentos) grampos 26/6;• Sistema de grampeamento: com dupla posição de fixação de grampo (grampeamento fechado e grampeamento aberto);• Construção: mecanismo robusto, com acionamento suave, que proporcione conforto e ergonomia durante o uso contínuo;• Acondicionamento: embalado em embalagens recicláveis (papel, papelão ou outro material reciclável), protegendo adequadamente o produto durante o transporte e armazenamento;• Apresentação: produto acabado, livre de rebarbas ou imperfeições, com acabamento uniforme. <p>Critérios de sustentabilidade: A adoção de grampeadores metálicos duráveis, com embalagens recicláveis, contribui para a redução de resíduos e para o aumento da vida útil dos equipamentos de escritório, em conformidade com as diretrizes de consumo sustentável da Administração Pública.</p>	Unid.	483	9,98	4.820,34	250	2.495,00
14	<p>Grampo para Grampeador, Tamanho 26/6</p> <p>Descrição detalhada: Grampo metálico padrão 26/6, indicado para uso em grampeadores compatíveis, destinado à fixação de documentos em ambientes administrativos e eleitorais.</p> <p>Características mínimas exigidas:</p>	Caixa	1.035	2,75	2.846,25	800	2.200,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

	<ul style="list-style-type: none">• Material: metal resistente, com tratamento niquelado, que assegure proteção contra oxidação e maior durabilidade;• Tamanho: padrão 26/6;• Quantidade: embalado em caixas com 1.000 (mil) unidades cada;• Compatibilidade: adequado para uso em grampeadores manuais compatíveis com grampos 26/6;• Acondicionamento: as caixas de grampos devem ser acondicionadas em embalagens recicláveis (papel, papelão ou outro material reciclável), protegendo adequadamente o produto durante transporte e armazenamento;• Apresentação: produto com acabamento uniforme, isento de rebarbas, arestas cortantes ou imperfeições que comprometam o funcionamento do grampeador ou danifiquem os documentos. <p>Critérios de sustentabilidade: A exigência de embalagens recicláveis e o uso de materiais metálicos de longa vida útil contribuem para a redução da geração de resíduos não recicláveis, promovendo práticas de consumo sustentável.</p>						
15	<p>Liga Elástica Circular, Tamanho 18</p> <p>Descrição detalhada: Liga elástica circular, indicada para uso em atividades de escritório, adequada para o agrupamento e organização de documentos e pequenos materiais.</p> <p>Características mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Formato: circular;• Material: látex natural ou látex sintético, com elevada elasticidade e resistência;• Tamanho: 18;• Aplicação: uso em escritório e serviços administrativos, para agrupamento de documentos, pacotes e pequenos objetos;• Apresentação: o Embalagem com 100 g de ligas elásticas; o Contendo, preferencialmente, cerca de 100 (cem) unidades, podendo haver pequena variação decorrente do peso total;• Validade: não inferior a 18 (dezoito) meses, contados a partir do recebimento definitivo pelo TRE/MA;• Acondicionamento: em caixas produzidas com papel reciclável ou em pacotes plásticos recicláveis, protegendo adequadamente o produto durante transporte e armazenamento;• Apresentação do produto: ligas com acabamento regular, cor homogênea e sem presença de resíduos ou imperfeições visíveis. <p>Critérios de sustentabilidade:</p>	Caixa	608	2,60	1.580,80	300	780,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

	A exigência de embalagens recicláveis e a utilização de materiais que permitam descarte ambientalmente adequado estão alinhadas às diretrizes de consumo consciente e de gestão sustentável de materiais adotadas pela Administração Pública.						
16	<p>Molha-dedos DESCRIÇÃO TÉCNICA: Molha-dedos em gel ou pasta sólida, acondicionado em recipiente plástico rígido com tampa protetora. Produto atóxico, inodoro ou com odor suave, não oleoso, de fácil aplicação e que não danifica papel.</p> <p>Especificações mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Conteúdo: entre 20g e 30g;• Cor: incolor ou levemente colorido (translúcido);• Embalagem: potinho plástico com tampa (rosqueável ou de pressão), resistente a vazamentos e impactos leves;• Propriedades: antideslizante, não resseca com facilidade, não mancha e não adere à pele após o uso;• Finalidade: facilitar o manuseio e a separação de papéis, especialmente para contagem de cédulas, folhas, envelopes e outros documentos. <p>Outros requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Validade não inferior a 18 (dezoito) meses, contados a partir do recebimento definitivo pelo TRE/MA;• Produto novo, sem uso anterior, em perfeitas condições de uso;• Rótulo com informações do fabricante, número de lote e validade visíveis.	Unid.	366	2,40	878,40	250	600,00
17	<p>Percevejos para Fixação Descrição detalhada: Percevejos metálicos, destinados à fixação de papéis, cartolinas, lonas ou plásticos em superfícies de fácil perfuração (painéis, quadros de aviso, madeiras, entre outros).</p> <p>Características mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Finalidade: fixação temporária de materiais leves em superfícies apropriadas;• Composição:<ul style="list-style-type: none">o Disco metálico com acabamento latonado, prateado ou dourado;o Arame metálico soldado ao centro do disco, formando ângulo de 90°;• Dimensões:<ul style="list-style-type: none">o Diâmetro do disco: máximo de 12 mm;o Comprimento do arame: entre 10 mm e 12 mm;• Segurança: o arame deverá possuir ponta trabalhada, com acabamento que minimize o risco de acidentes durante o manuseio;	Caixa.	488	2,44	1.190,72	250	610,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

	<ul style="list-style-type: none">• Acondicionamento: embalados em caixas contendo 100 (cem) unidades cada, devidamente protegidas para transporte e armazenamento;• Apresentação: produto com acabamento regular, livre de rebarbas ou deformações que possam comprometer a segurança ou a eficiência na fixação. <p>Critérios de sustentabilidade: A utilização de materiais metálicos duráveis e recicláveis, bem como a exigência de acondicionamento em embalagens adequadas e recicláveis, contribui para a redução do impacto ambiental e está alinhada às práticas de consumo consciente da Administração Pública.</p>						
LOTE 4							
18	<p>Chaveiro Porta Etiqueta</p> <p>Descrição detalhada: Chaveiro tipo porta etiqueta, indicado para identificação e organização de chaves em ambientes administrativos.</p> <p>Características mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Formato: retangular, tipo caixa;• Dimensões aproximadas: 60 mm x 27 mm, com tolerância máxima de ± 5 mm em cada lado;• Material do corpo: plástico flexível transparente, permitindo a visualização da etiqueta;• Etiqueta: removível, própria para identificação, confeccionada em papel ou material similar adequado para escrita;• Sistema de fixação: com argola metálica em aço, de resistência compatível para uso contínuo;• Cores: variadas (mínimo de 3 cores distintas por lote);• Apresentação: produto final totalmente montado e pronto para uso, com etiqueta inserida e argola acoplada. <p>Critérios de sustentabilidade: A utilização de plástico flexível reciclável e a adoção de componentes metálicos duráveis (argola em aço) contribuem para a redução de descarte prematuro do produto, promovendo maior vida útil e alinhamento com práticas de consumo consciente.</p>	Unid.	920	0,70	644,00	800	560,00
19	<p>Fita Adesiva em Polipropileno, TRANSPARENTE, 50M</p> <p>Descrição detalhada: Fita adesiva confeccionada em filme de polipropileno (BOPP), indicada para uso geral em empacotamento e fechamento de caixas e embalagens.</p> <p>Características mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Material: filme de polipropileno (BOPP);	Unid.	1.110	6,00	6.660,00	700	4.200,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

	<ul style="list-style-type: none"> • Cor: branca transparente; • Adesivo: à base de acrílico, de alta aderência e resistência; • Dimensões: <ul style="list-style-type: none"> o Largura mínima: 48 mm o Largura máxima: 50 mm o Comprimento: 50 metros; • Aplicação: adequada para empacotamento e fechamento de embalagens de papelão, caixas e pacotes em geral; • Acondicionamento: em caixas de papelão, com quantidade máxima de 72 (setenta e duas) unidades por caixa, devidamente protegidas para transporte e armazenamento; • Apresentação: produto com acabamento uniforme, adesivo de boa qualidade, resistente ao envelhecimento e às variações de temperatura e umidade em condições normais de uso. <p>Critérios de sustentabilidade: A exigência de embalagem em papelão reciclável e a utilização de filme de polipropileno — material com potencial de reciclagem — contribuem para a redução de resíduos não recicláveis, alinhando-se às diretrizes de consumo sustentável da Administração Pública.</p>						
20	<p>Papel Kraft (Marrom/Pardo) para Embrulho</p> <p>Descrição detalhada: Papel kraft de coloração natural, destinado ao uso em embalagem e acondicionamento de materiais diversos.</p> <p>Características mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Material: celulose vegetal, podendo ser material reciclado ou derivado de madeira de origem legal; • Gramatura mínima: 80 g/m²; • Dimensões aproximadas: <ul style="list-style-type: none"> o 112 cm x 76 cm, com tolerância máxima de ± 8 cm em cada lado; • Cor: natural / pardo (marrom); • Aplicação: destinado a embalagem e acondicionamento de materiais, documentos e objetos diversos, com uso em atividades logísticas e administrativas; • Acondicionamento: as folhas deverão ser entregues em pacotes contendo 250 (duzentas e cinquenta) folhas cada, devidamente protegidas para transporte e armazenamento; • Apresentação: papel homogêneo, com boa resistência ao rasgo e ao manuseio, livre de odores, manchas ou impurezas. <p>Critérios de sustentabilidade: A exigência de matéria-prima proveniente de madeira de origem legal, bem como a possibilidade de uso de material reciclado,</p>	folha	4.500	0,80	3.600,00	2.500	2.000,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

	promove práticas de consumo sustentável e responsável. O uso de papel kraft, material biodegradável e de fácil reciclagem, contribui para reduzir a geração de resíduos não recicláveis, em consonância com as diretrizes de sustentabilidade da Administração Pública.						
21	<p>Fita Plástica para Máquina de Embalar</p> <p>Denominação: Fita plástica para seladora/máquina de embalar</p> <p>Descrição: Fita plástica termoencolhível ou polipropileno (PP), de alta resistência, destinada ao uso em máquinas automáticas ou semiautomáticas de embalar e selar pacotes. Produto de uso contínuo para fechamento seguro e eficiente de embalagens, proporcionando vedação firme e acabamento profissional.</p> <p>Especificações mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Material: Polipropileno (PP) ou Polietileno (PE) de alta densidade, ou equivalente compatível com máquinas de embalar automáticas/semi-automáticas; • Largura: 10mm a 12mm • Espessura: mínimo de 0,60 mm; • Comprimento: rolo com aproximadamente 2.000 metros; Tubete interno do rolo com diâmetro de 20cm. • Cor: conforme disponibilidade de mercado; • Características adicionais: Alta resistência à tração, não desfia, resistente ao calor gerado por seladoras; • Compatibilidade: para utilização em máquina arqueadora semiautomática TP-201; <p>Aplicação: Utilizada para o fechamento de embalagens plásticas em setores de logística, almoxarifado e demais setores que demandam vedação padronizada e rápida de pacotes.</p> <p>Embalagem: Rolo embalado individualmente, com identificação do fabricante, lote e validade (quando aplicável). O produto deve estar acondicionado de forma a garantir sua integridade durante o transporte e armazenamento.</p> <p>Condições de fornecimento: Produto novo, de primeiro uso, com validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. Garantia contra defeitos de fabricação. O material deve atender às normas técnicas pertinentes e ser compatível com os equipamentos já em uso no órgão.</p>	unidade e	5	228,00	1.140,00	3	684,00
LOTE 5							
22	<p>Cola Branca Líquida, 90g</p> <p>Descrição detalhada: Cola branca líquida, de uso geral em escritórios, adequada para colagem de papel, papelão e materiais porosos.</p> <p>Características mínimas exigidas:</p>	Frasco	428	2,82	1.206,96	214	603,48



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

	<ul style="list-style-type: none">• Apresentação: frasco de 90 g, com bico dosador;• Características do produto:<ul style="list-style-type: none">o Cor: branca, com formação de película transparente após secagem completa;o Odor: característico;o Viscosidade: média, adequada para aplicação em superfícies porosas;o Resistência: após secagem, forma película plastificada, com alta resistência ao descolamento e à umidade;o Toxicidade: produto atóxico;• Validade: não inferior a 24 meses, contados a partir do recebimento definitivo pelo TRE/MA;• Acondicionamento: caixas de papelão contendo de 40 a 80 unidades, devidamente protegidas para transporte e armazenamento;• Embalagem: em material reciclável, compatível com o acondicionamento seguro do produto;• Certificação: o produto deverá apresentar selo do INMETRO ou de outro laboratório certificado, que ateste o atendimento aos requisitos de segurança, qualidade e composição exigidos. <p>Critérios de sustentabilidade: A exigência de embalagens recicláveis e de certificação de conformidade reforça o compromisso com práticas de consumo sustentável, assegurando a aquisição de produtos que atendam aos requisitos de qualidade e segurança com menor impacto ambiental.</p>						
23	<p>Cordão (Fita) para Crachá</p> <p>Descrição detalhada: Cordão em fita de poliéster, personalizado, destinado ao uso em crachás funcionais e de identificação.</p> <p>Características mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Material: poliéster resistente, de alta durabilidade e acabamento;• Cor da fita: azul marinho;• Largura: 11 mm;• Comprimento: entre 80 cm e 90 cm (aproximadamente), permitindo uso confortável ao redor do pescoço;• Personalização: com inscrição "TRE-MA" na cor branca, repetida a cada 5 cm ao longo da fita;<ul style="list-style-type: none">o Inscrição realizada por meio de bordado ou impressão em silk-screen de alta qualidade, resistente ao uso e à lavagem;o Altura da fonte (letra): entre 5 mm e 7 mm;• Ferragens:	Unid.	173	2,80	484,40	100	280,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

	<p>o Trava de metal para ajuste e segurança do uso;</p> <p>o Garra metálica tipo jacaré para fixação do crachá, com acabamento que não danifique a credencial/crachá;</p> <ul style="list-style-type: none">• Apresentação: fornecido montado, pronto para uso. <p>Critérios de sustentabilidade: A escolha de materiais duráveis e o uso de componentes metálicos reutilizáveis (trava e garra) contribuem para a redução do descarte de produtos de uso único, promovendo práticas de consumo sustentável.</p> <p>Exigência de amostra / prova de personalização (campo opcional)</p> <p>Antes da produção em larga escala, o fornecedor deverá apresentar uma amostra física do cordão (fita) personalizado ou uma prova de impressão fiel ao produto final, para aprovação formal pela Administração.</p> <p>A amostra deverá conter todas as características exigidas no presente Termo de Referência, especialmente quanto a:</p> <ul style="list-style-type: none">• material da fita (poliéster),• cor da fita (azul marinho),• personalização da inscrição "TRE-MA",• repetição da inscrição (a cada 5 cm),• qualidade da impressão ou bordado,• altura da fonte (5 a 7 mm),• trava metálica e garra metálica tipo jacaré. <p>Somente após a aprovação formal da amostra/prova de personalização pela unidade responsável, será autorizada a produção e entrega do quantitativo total contratado.</p> <p>O não atendimento às características especificadas poderá implicar na recusa da amostra e, conseqüentemente, na vedação da produção do lote, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato.</p>						
24	<p>Mouse Pad (Tapete ou Base para Mouse)</p> <p>Descrição detalhada: Tapete ou base para mouse, de uso em ambiente de escritório, compatível com mouse óptico, destinado a proporcionar melhor desempenho e conforto durante a utilização do equipamento.</p> <p>Características mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Compatibilidade: totalmente compatível com mouse óptico e outros tipos de mouse com tecnologia similar;• Material da base: borracha antiestática e antiderrapante, que proporcione aderência estável à superfície de trabalho, evitando deslocamentos involuntários;	Unid.	207	3,99	825,93	100	399,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

	<ul style="list-style-type: none">• Superfície superior: revestida com material adequado para proporcionar deslizamento suave e preciso do mouse;• Cores permitidas: 50% preta e 50% cinza, em cores lisas;• Personalização: não personalizada. Permitida apenas a presença de nome ou logotipo da marca do fabricante, limitado a no máximo 10% da área total da base;• Acondicionamento: embalados individualmente, em embalagens recicláveis, que protejam o produto contra poeira e umidade durante transporte e armazenamento;• Informações obrigatórias: a embalagem deverá conter informações do fabricante impressas, tais como: razão social, CNPJ, endereço e país de origem. <p>Critérios de sustentabilidade: A exigência de embalagens recicláveis e a limitação de personalização excessiva visam reduzir o uso de tintas, promover maior padronização estética e facilitar o descarte ambientalmente responsável do produto, em conformidade com as práticas de consumo consciente da Administração Pública.</p>						
25	<p>Tesoura de Uso Geral, Tamanho Grande</p> <p>Descrição detalhada: Tesoura de uso geral, indicada para corte de papel, plástico, tecidos leves e outros materiais de escritório e embalagens, adequada para utilização em ambientes administrativos e operacionais.</p> <p>Características mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Comprimento total: mínimo de 20 cm;• Lâminas: confeccionadas em aço inoxidável, com acabamento resistente à corrosão e ao desgaste;• Pontas: retas, com acabamento uniforme e sem rebarbas;• Cabo: em formato anatômico, proporcionando conforto durante o uso prolongado;• Revestimento do cabo: em plástico resistente e de boa qualidade, firmemente aderido à estrutura metálica;• Aplicação: adequada para corte geral em ambientes de escritório, almoxarifado e uso administrativo em geral;• Acondicionamento: em embalagens recicláveis, que garantam proteção adequada da tesoura durante transporte e armazenamento;• Apresentação: produto com acabamento uniforme, com boa ergonomia e resistência, isento de defeitos visuais ou funcionais. <p>Critérios de sustentabilidade:</p>	Unid.	840	9,95	8.358,00	600	5.970,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

	A exigência de embalagens recicláveis e de utilização de materiais duráveis como o aço inoxidável e plásticos recicláveis promove práticas de consumo sustentável , contribuindo para a redução de resíduos e o aumento da vida útil do produto, em consonância com as diretrizes de sustentabilidade da Administração Pública.						
LOTE 6							
26	<p>Garrafa Térmica para Café, 1l</p> <p>Descrição detalhada: Garrafa térmica de alta qualidade, destinada à conservação térmica e ao serviço de café em ambientes administrativos e operacionais.</p> <p>Características mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Material externo: corpo em aço inoxidável (inox);• Ampola interna: em vidro, de alta resistência térmica;• Capacidade mínima: 1.000 ml (1 litro);• Construção: com dupla parede interna, proporcionando excelente isolamento térmico;• Sistema de fechamento: por rosqueamento;• Sistema de liberação de líquidos: por pressão manual (tipo bomba), com direcionador do jato, que evite respingos e facilite o serviço;• Alça: incorporada ao corpo da garrafa, para transporte e manuseio seguro;• Norma técnica: fabricada em conformidade com a NBR 13282 (garrafas térmicas para uso doméstico — requisitos e métodos de ensaio);• Identificação obrigatória no corpo externo da garrafa (em português):<ul style="list-style-type: none">o Classificação quanto ao tipo: com bomba / automática;o Classificação quanto ao uso: de mesa / portátil;o Número da norma aplicável: NBR 13282;• Manual de instruções: deverá acompanhar cada unidade fornecida, em português, com orientações de uso, limpeza, conservação e garantia;• Garantia: mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo pelo TRE/MA;• Apresentação: produto com acabamento uniforme, livre de amassados, riscos ou imperfeições, que não comprometam o funcionamento ou a estética. <p>Critérios de sustentabilidade:</p>	Unid	412	46,93	19.335,16	250	11.732,50



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

	A exigência de materiais duráveis e recicláveis (inox, vidro), bem como de identificação clara das especificações técnicas, contribui para a promoção de práticas de consumo sustentável e para a extensão da vida útil do produto, em conformidade com as diretrizes de sustentabilidade da Administração Pública.						
27	<p>Garrafa Térmica para Café, 1,8l</p> <p>Descrição detalhada: Garrafa térmica de alta qualidade, destinada à conservação térmica e ao serviço de café em ambientes administrativos e operacionais.</p> <p>Características mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Material externo: corpo em aço inoxidável (inox);• Ampola interna: em vidro, de alta resistência térmica;• Capacidade mínima: 1.800 ml (1,8 litro);• Construção: com dupla parede interna, proporcionando excelente isolamento térmico;• Sistema de fechamento: por rosqueamento;• Sistema de liberação de líquidos: por pressão manual (tipo bomba), com direcionador do jato, que evite respingos e facilite o serviço;• Alça: incorporada ao corpo da garrafa, para transporte e manuseio seguro;• Norma técnica: fabricada em conformidade com a NBR 13282 (garrafas térmicas para uso doméstico — requisitos e métodos de ensaio);• Identificação obrigatória no corpo externo da garrafa (em português):<ul style="list-style-type: none">o Classificação quanto ao tipo: com bomba / automática;o Classificação quanto ao uso: de mesa / portátil;o Número da norma aplicável: NBR 13282;• Manual de instruções: deverá acompanhar cada unidade fornecida, em português, com orientações de uso, limpeza, conservação e garantia;• Garantia: mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo pelo TRE/MA;• Apresentação: produto com acabamento uniforme, livre de amassados, riscos ou imperfeições, que não comprometam o funcionamento ou a estética. <p>Critérios de sustentabilidade: A exigência de materiais duráveis e recicláveis (inox, vidro), bem como de identificação clara das</p>	Unid	248	72,13	17.888,24	200	14.426,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

	especificações técnicas, contribui para a promoção de práticas de consumo sustentável e para a extensão da vida útil do produto, em conformidade com as diretrizes de sustentabilidade da Administração Pública.						
28	<p>Vasilhame de 20 litros para água envasada (garrafão retornável) Definição técnica: Vasilhame cilíndrico retornável, com capacidade nominal de 20 litros, destinado ao acondicionamento e transporte de água potável, envasada industrialmente, para consumo humano.</p> <p>Características mínimas obrigatórias:</p> <ul style="list-style-type: none">• Capacidade nominal: 20 litros;• Material: Policarbonato (PC), polietileno tereftalato (PET), ou outro polímero de alta resistência, atóxico, inodoro, insípido e adequado para contato com alimentos e bebidas, conforme legislação sanitária vigente;• Cor: translúcido ou levemente azul, permitindo a visualização do nível de água;• Formato: cilíndrico com fundo reforçado e área de apoio para garantir estabilidade;• Alça: moldada no corpo do vasilhame ou incorporada de forma ergonômica, resistente ao transporte manual frequente;• Tampa: de pressão, inviolável, confeccionada em material apropriado para uso com alimentos e bebidas, que assegure vedação eficiente contra vazamentos e contaminações;• Reutilização: produto retornável, com ciclo de vida compatível com o reuso controlado, conforme normas sanitárias aplicáveis;• Resistência: o vasilhame deve suportar transporte e armazenamento em diferentes condições de temperatura e umidade, bem como repetidos processos de lavagem e esterilização industrial, sem deformações ou degradação estrutural;• Conformidade sanitária: o vasilhame e seus componentes devem atender integralmente às normas da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e demais legislações aplicáveis ao envase e acondicionamento de água para consumo humano;• Rotulagem: deve conter marcação visível e indelével do fabricante e número do lote, bem como identificação de que se trata de produto retornável, atendendo aos requisitos legais. <p>Outras exigências:</p> <ul style="list-style-type: none">• Produto novo ou em perfeito estado de conservação, para uso em circuito de fornecimento de água potável, sem rachaduras,	Unid	150	20,43	3.064,50	100	2.043,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

	trincas, amassamentos ou opacidades que comprometam sua integridade; <ul style="list-style-type: none">• Garantia de que o fornecimento será compatível com os padrões e sistemas de fornecimento de água envasada utilizados pelo órgão contratante (compatível com bebedouros e suportes padrão para garrafão de 20 litros).						
ITENS INDIVIDUAIS							
29	Caneta Esferográfica Azul – escrita fina, cada caixa com 50 unidades Caneta esferográfica, corpo translúcido ou opaco que permita a visualização do nível de tinta, tampa e plug na cor da tinta. Escrita na cor azul , ponta fina com esfera de aproximadamente 0,7 mm , tinta à base de óleo, atóxica, com secagem rápida, resistente à luz e à água. Escrita contínua, sem falhas, confortável e com baixo esforço. Comprimento mínimo de escrita: 1.000 metros . As canetas deverão ser acondicionadas em embalagens coletivas com 50 unidades , do mesmo modelo e cor, preferencialmente com informações do fabricante, data de validade e lote visíveis. Certificação INMETRO ou equivalente, conforme aplicável. Critérios de sustentabilidade: <ul style="list-style-type: none">• O material deverá, preferencialmente, possuir conteúdo reciclado no corpo da caneta ou na embalagem.• A embalagem primária deverá ser de papelão reciclável ou material plástico reciclável.	Caixa	2.395	41,79	100.087,05	2.176	90.935,04
30	Caixa de Papelão para Transporte de Material - grande Descrição detalhada: Caixa de papelão ondulado de 1 onda (simples) , destinada ao transporte, acondicionamento e armazenamento de diversos materiais, documentos e suprimentos. Características mínimas exigidas: <ul style="list-style-type: none">• Material: papelão ondulado, tipo 1 onda (simples);• Medidas internas aproximadas:<ul style="list-style-type: none">o Comprimento: 60 cmo Largura: 30 cmo Altura: 30 cm• Cor externa: pardo (natural do papelão);• Apresentação: fornecida desmontada, com vincos e cortes adequados para montagem manual;• Resistência: adequada para transporte seguro de materiais com peso proporcional ao volume da caixa (mínimo recomendado de até 15 kg, ou conforme avaliação técnica);• Sustentabilidade: fabricada com material reciclável e preferencialmente com papelão proveniente de fontes renováveis ou com	Unid.	2.750	14,91	41.002,50	1.375	20.521,25



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

	conteúdo reciclado. A opção por caixas de papelão reciclável , em substituição a embalagens plásticas ou mistas, contribui para a redução de resíduos não recicláveis e para a promoção da economia circular , em consonância com as diretrizes de consumo consciente e gestão sustentável de materiais.						
31	<p>Caixa de Papelão para Transporte de Material - média</p> <p>Descrição detalhada: Caixa confeccionada em papelão ondulado de 1 onda (simples), adequada para transporte, acondicionamento e armazenamento de diversos materiais e documentos.</p> <p>Características mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Material: papelão ondulado, tipo 1 onda (simples);• Medidas internas aproximadas:<ul style="list-style-type: none">o Comprimento: 30 cmo Largura: 30 cmo Altura: 30 cm• Cor externa: parda (natural do papelão);• Apresentação: fornecida desmontada, com vincos e cortes adequados para montagem manual;• Resistência: adequada para transporte seguro de materiais com peso proporcional ao volume da caixa (mínimo recomendado de até 10 a 12 kg, ou conforme avaliação técnica);• Sustentabilidade: fabricada com material reciclável e, preferencialmente, com conteúdo reciclado ou proveniente de fontes sustentáveis. A adoção de caixas de papelão reciclável promove a redução de resíduos não recicláveis e está alinhada às diretrizes de sustentabilidade da Administração Pública, incentivando o uso de materiais biodegradáveis e a prática da economia circular.	Unid.	2.750	R\$ 7,62	20.955,00	1.375	10.477,50
32	<p>Envelope Kraft Ouro Médio Personalizado</p> <p>Descrição detalhada: Envelope confeccionado em papel Kraft Ouro, destinado ao acondicionamento e transporte de documentos oficiais.</p> <p>Características mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Material: papel Kraft Ouro;• Gramatura: entre 80 g/m² e 90 g/m²;• Dimensões: 260 mm x 360 mm, com tolerância máxima de ± 10 mm em cada lado;• Tamanho: Médio;• Personalização (frente do envelope):<ul style="list-style-type: none">o Impressão do Brasão da República;o Primeira linha: "PODER JUDICIÁRIO", em fonte Arial, negrito, maiúscula, tamanho 20;	Unid.	45.300	0,74	33.522,00	37.000	27.380,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

	<p>o Segunda linha: "Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão", em fonte Arial, negrito, maiúscula, tamanho 16;</p> <p>o Impressão em alta qualidade, com nitidez e contraste adequados à leitura e à durabilidade da marcação;</p> <p>• Apresentação:</p> <p>o Acondicionado em caixa com 500 (quinhentas) unidades;</p> <p>o Internamente, os envelopes devem estar organizados em lotes de 100 (cem) unidades, para facilitar manuseio e distribuição.</p> <p>Critérios de sustentabilidade:</p> <p>Adoção de papel Kraft, um material de origem renovável e reciclável, e de embalagens organizadas de forma a reduzir o uso excessivo de materiais plásticos, promovendo práticas alinhadas às diretrizes de sustentabilidade da Administração Pública.</p> <hr/> <p>Exigência de amostra / prova de personalização (opcional):</p> <p>Antes da produção em larga escala, o fornecedor deverá apresentar uma amostra física do envelope personalizado ou uma prova de impressão fiel ao produto final, para aprovação formal pela Administração.</p> <p>A amostra deverá conter:</p> <ul style="list-style-type: none"> • o papel Kraft Ouro conforme especificado; • a personalização completa (Brasão da República e textos conforme fonte, estilo e tamanhos indicados); • a impressão na posição e alinhamento adequados. <p>A produção total somente será autorizada após a aprovação formal da amostra pela unidade responsável.</p>						
33	<p>Envelope Kraft Ouro Pequeno Personalizado</p> <p>Descrição detalhada:</p> <p>Envelope confeccionado em papel Kraft Ouro, destinado ao acondicionamento e transporte de documentos oficiais de pequeno porte.</p> <p>Características mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Material: papel Kraft Ouro; • Gramatura: entre 80 g/m² e 90 g/m²; • Dimensões: 200 mm x 280 mm, com tolerância máxima de ± 10 mm em cada lado; • Tamanho: Pequeno; • Personalização (frente do envelope): <p>o Impressão do Brasão da República;</p> <p>o Primeira linha: "PODER JUDICIÁRIO", em fonte Arial, negrito, maiúscula, tamanho 20;</p>	Unid.	3.300	0,90	2.970,00	2.000	1.800,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

	<p>o Segunda linha: "TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO", em fonte Arial, negrito, maiúscula, tamanho 16;</p> <p>o Impressão em alta qualidade, com nitidez e contraste adequados à leitura e à durabilidade da marcação;</p> <p>• Apresentação:</p> <p>o Acondicionado em caixa com 500 (quinhentas) unidades;</p> <p>o Internamente, os envelopes devem estar organizados em lotes de 100 (cem) unidades, para facilitar manuseio e distribuição.</p> <p>Critérios de sustentabilidade:</p> <p>Adoção de papel Kraft, um material de origem renovável e reciclável, e de embalagens organizadas de forma a reduzir o uso excessivo de materiais plásticos, promovendo práticas alinhadas às diretrizes de sustentabilidade da Administração Pública.</p> <hr/> <p>Exigência de amostra / prova de personalização (opcional):</p> <p>Antes da produção em larga escala, o fornecedor deverá apresentar uma amostra física do envelope personalizado ou uma prova de impressão fiel ao produto final, para aprovação formal pela Administração.</p> <p>A amostra deverá conter:</p> <ul style="list-style-type: none">• o papel Kraft Ouro conforme especificado;• a personalização completa (Brasão da República e textos conforme fonte, estilo e tamanhos indicados);• a impressão na posição e alinhamento adequados. <p>A produção total somente será autorizada após a aprovação formal da amostra pela unidade responsável.</p>						
34	<p>Envelope branco tipo ofício personalizado</p> <p>Descrição geral: Envelope confeccionado em papel branco tipo ofício, destinado ao acondicionamento e envio de documentos oficiais, com personalização institucional impressa em sua face frontal.</p> <p>Características mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Material: Papel branco offset;• Gramatura: Mínima de 75 g/m²;• Dimensões: 230 mm x 115 mm, admitida tolerância máxima de ±5 mm em cada lado;• Tamanho: Tipo ofício (fechamento no lado menor). <p>Personalização (frente do envelope):</p> <ul style="list-style-type: none">• Impressão do Brasão da República Federativa do Brasil;• Abaixo do brasão, centralizada, a seguinte inscrição:	Unid	22.000	1,01	22.220,00	16.400	16.564,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

	<p>o "PODER JUDICIÁRIO / TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO", em fonte Arial, tamanho 11, com caracteres legíveis e proporcionalmente distribuídos;</p> <ul style="list-style-type: none">• Impressão em tinta preta, com qualidade que assegure nitidez, contraste e durabilidade da marcação. <p>Apresentação:</p> <ul style="list-style-type: none">• Acondicionado em caixas com 1.000 (mil) unidades;• Internamente, os envelopes devem estar organizados em lotes de 100 (cem) unidades, para facilitar o manuseio e a distribuição. <p>Crerícios de sustentabilidade: Utilização de papel de origem renovável, reciclável e com baixo impacto ambiental. A apresentação em lotes visa otimizar o uso de embalagens, contribuindo para práticas sustentáveis em conformidade com as diretrizes da Administração Pública. Exigência de amostra / prova de personalização (opcional): Antes da produção em larga escala, o fornecedor deverá apresentar uma amostra física do envelope personalizado ou uma prova de impressão fiel ao produto final, para aprovação formal pela Administração. A amostra deverá conter:</p> <ul style="list-style-type: none">• o papel conforme especificado;• a personalização completa (Brasão da República e textos conforme fonte, estilo e tamanhos indicados);• a impressão na posição e alinhamento adequados. <p>A produção total somente será autorizada após a aprovação formal da amostra pela unidade responsável.</p>						
35	<p>Fita Gomada, 50 metros</p> <p>Descrição detalhada: Fita adesiva de papel kraft gomado, ativada por umidade (água), utilizada para fechamento e vedação de embalagens de papelão ou caixas de arquivo, oferecendo maior segurança, resistência e acabamento.</p> <p>Características mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Material: papel kraft com adesivo ativado por água;• Comprimento: 50 metros;• Largura: entre 48 mm e 50 mm;• Cor: natural (pardo) ;• Gramatura do papel: mínima de 70 g/m²;• Tipo de adesivo: adesivo vegetal ou amido modificado ativado com água, atóxico e de fácil aplicação;	Unid.	13.390	14,57	195.092,30	12.000	174.840,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

	<ul style="list-style-type: none">• Resistência: resistência mínima adequada para vedação de caixas com até 15 kg;• Aplicação: compatível com dispensador manual ou automático de fita gomada ou aplicação manual com umedecimento prévio;• Outras características:<ul style="list-style-type: none">o Produto isento de materiais plásticos;o Embalagem deve proteger adequadamente o produto contra umidade e danos durante o transporte e armazenamento.						
36	<p>Pasta plástica transparente com abas Definição técnica: Pasta confeccionada em polipropileno (PP) ou material plástico de alta resistência e flexibilidade, transparente, destinada à guarda e transporte de documentos e materiais diversos utilizados em processos eleitorais.</p> <p>Características mínimas obrigatórias:</p> <ul style="list-style-type: none">• Material: Polipropileno (PP) ou equivalente, de alta resistência, atóxico, reciclável e resistente à umidade e ao rasgo, adequado para múltiplas manipulações;• Cor: Transparente incolor, permitindo a visualização do conteúdo interno para rápida identificação dos documentos;• Espessura do material: mínima de 0,20 mm (200 micra), garantindo resistência ao transporte e manuseio frequente;• Dimensões internas: compatível com documentos no formato A4 (210 mm x 297 mm), com tolerância de ± 5 mm;• Fechamento: com abas internas (mínimo de 3 abas laterais), que garantam retenção segura dos documentos, evitando quedas ou perdas durante o transporte e a manipulação;• Acabamento: bordas lisas e sem rebarbas cortantes; soldas reforçadas que suportem abertura e fechamento repetidos;• Capacidade: deve comportar, no mínimo, 75 folhas de papel A4 75g/m² sem danificar a pasta ou os documentos;• Resistência: deve suportar manuseio contínuo durante o ciclo eleitoral, incluindo montagem dos kits de votação, transporte aos locais de votação e retorno ao cartório eleitoral, sem apresentar danos estruturais;• Apresentação: individualmente acondicionada ou em pacotes, com identificação do fabricante e quantidade, embaladas de forma a evitar deformações durante o transporte e o armazenamento. <p>Outras exigências:</p> <ul style="list-style-type: none">• Produto novo, de primeira qualidade, sem sinais de uso, amassamentos, trincas ou deterioração;	Unid.	13.000	5,66	73.580,00	7.000	39.620,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

	<ul style="list-style-type: none">• Garantia mínima contra defeitos de fabricação: 90 (noventa) dias, conforme o Código de Defesa do Consumidor;• Preferencialmente fabricada com material reciclável, em consonância com as diretrizes de sustentabilidade da Administração Pública.						
37	<p>Plaqueta de identificação patrimonial (plaqueta patrimonial) Definição técnica: Plaqueta de identificação permanente destinada ao controle patrimonial de bens móveis, fixada diretamente nos equipamentos e materiais do órgão, com gravação de número sequencial e/ou código de barras, para garantir rastreabilidade, inventário e controle físico.</p> <p>Iniciar com a numeração 69.444</p> <p>Características mínimas obrigatórias:</p> <ul style="list-style-type: none">• Material: Alumínio anodizado, aço inoxidável ou poliéster autoadesivo de alta resistência (industrial), próprio para ambientes internos e externos, resistente a abrasão, produtos de limpeza, exposição à luz UV, umidade e variações de temperatura;• Dimensões: aproximadamente 50 mm x 15 mm ou conforme padrão definido pelo órgão contratante, com tolerância de ± 2 mm;• Espessura: compatível com o material escolhido (mínimo de 0,3 mm para metálica);• Fixação: adesivo de alto desempenho permanente (ex.: adesivo acrílico 3M ou equivalente), que assegure aderência duradoura em superfícies metálicas, plásticas ou pintadas, ou com perfuração para fixação por parafuso ou rebite, quando especificado;• Impressão: gravação a laser, serigrafia ou transferência térmica, resistente a abrasão e produtos químicos leves, contendo:<ul style="list-style-type: none">o Nome do órgão ou logomarca (quando exigido);o Número de tombamento sequencial (com ou sem código de barras);o Código de barras do tipo 128, QR Code ou outro padrão definido pelo órgão (quando solicitado);• Durabilidade: deve garantir legibilidade e integridade da plaqueta por um período mínimo de 5 (cinco) anos, mesmo com limpeza frequente e manuseio do bem;• Acabamento: bordas lisas, sem rebarbas ou arestas cortantes; fundo e caracteres contrastantes para facilitar a leitura visual e/ou por scanner. <p>Outras exigências:</p> <ul style="list-style-type: none">• Produto novo e de primeira qualidade;	unid	8.000	0,58	4.640,00	5.000	2.900,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

	<ul style="list-style-type: none"> Fornecimento das plaquetas devidamente personalizadas, conforme numeração e arte visual fornecida pelo órgão; Garantia mínima contra defeitos de fabricação: 12 (doze) meses. 					
38	<p>Rebite de repuxo em alumínio 3,2 x 10 mm Definição técnica: Elemento de fixação mecânica do tipo rebite de repuxo (pop), destinado à união permanente de chapas e componentes metálicos, plásticos ou de outros materiais compatíveis, com aplicação por deformação do corpo através de ferramenta adequada (alicate ou rebitador pneumático). Características mínimas obrigatórias:</p> <ul style="list-style-type: none"> Tipo: Rebite de repuxo (também denominado rebite pop); Material do corpo: Alumínio (liga de alta resistência, resistente à corrosão); Material do mandril: Aço zincado, aço galvanizado ou aço inoxidável, compatível com o corpo de alumínio e resistente à oxidação; Diâmetro nominal do corpo: 3,2 mm (1/8 polegada); Comprimento nominal do corpo: 10 mm; Comprimento útil de fixação (grip range): compatível com materiais de espessura total entre 4,0 mm e 6,5 mm (ou conforme especificação do fabricante, a ser informada na proposta); Cabeça: tipo flangeada ou aba larga (standard), para distribuição uniforme da carga e maior área de apoio; Acabamento: livre de rebarbas, com superfície lisa e uniforme; Aplicação: instalação com ferramenta de repuxo manual ou pneumática compatível; Resistência: adequada para uso em ambientes internos e externos, resistente a vibrações e intempéries, proporcionando fixação segura e durável; Conformidade: atender às normas técnicas aplicáveis e às boas práticas de fabricação. <p>Outras exigências:</p> <ul style="list-style-type: none"> Produto novo, de primeira qualidade, sem sinais de oxidação, deformações ou defeitos; 	Unid	18.400	0,09	1.656,00	10.000 900,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

	<ul style="list-style-type: none">Fornecimento em embalagens originais do fabricante, contendo identificação do produto, dimensões e quantidade.						
				TOTAL GERAL	685.055,96		
				TOTAL PEDIDO INICIAL		495.222,83	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

ANEXO II DO EDITAL

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO SEI N. 0007164-42.2025.6.27.8000
PREGÃO ELETRÔNICO nº 90029/2025
VALIDADE DA ATA: 01 (um) ano

Aos dias de do ano de 2025, a **União**, por intermédio do **Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão**, daqui por diante denominado **TRE/MA**, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 05.962.421/0001-17, com sede na Av. Senador Vitorino Freire, S/Nº, bairro Areinha, São Luís/MA, neste ato representado pelo Diretor-Geral Senhor _____ institui **Ata de Registro de Preços (ARP)**, decorrente da licitação na modalidade de Pregão, do tipo Eletrônico, cujo objetivo é a formalização de **Registro de Preços para aquisição de materiais de consumo destinados a atender as demandas da Secretaria do Tribunal e das Zonas Eleitorais**, processado nos termos da Lei n.º 14.133/2021; do Decreto nº 11.462/2023 e demais normas legais aplicáveis, objeto do **Processo SEI nº 0007164-42.2025.6.27.8000 - TRE/MA**, que se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, segundo as cláusulas e condições seguintes:

EMPRESA:				
CNPJ:		FONE/FAX:		
END.:				
REPRESENTANTE LEGAL:				
CPF nº		RG Nº		
E-MAIL:				
Item	Descrição dos Materiais/Serviços	Quantidade Total	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

A vigência da presente **Ata de Registro de Preços** será de **01 (um) ano**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, nos termos do art. 84 e § único da Lei n.º 14.133/2021 c/c Art. 22 do Decreto nº 11.462/2023, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

No momento da prorrogação, caberá reajustamento da presente Ata de Registro de Preços, a pedido da empresa, observada a anualidade e considerada a variação do preço com base no IPCA (ou outro índice que venha a o substituir), com data base vinculada ao orçamento estimado, conforme Art. 25 do Decreto nº 11.462/2023 c/c Art. 92 da Lei n.º 14.133/2021.

Com a prorrogação da Ata de Registro de Preço, ficam renovados os quantitativos do período inaugural.

As especificações técnicas e demais exigências constates do **SEI nº 0007164-42.2025.6.27.8000** e do **Pregão Eletrônico nº 90029/2025** integram a presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo particular fornecedor.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

Diretor-Geral

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

(Nome do Representante Legal)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

SUBANEXO I DO ANEXO II

CADASTRO DE RESERVA

(se houver)

ART. 18, II, a – Decreto n. 11.462/2023			
ITEM	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	CNPJ
1	1º		
	2º		
	(...)		
2	1º		
	2º		
	(...)		
(...)			

ART. 18, II, b – Decreto n. 11.462/2023				
ITEM	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	CNPJ	VALOR (R\$)
1	1º			
	2º			
	(...)			
2	1º			
	2º			
	(...)			
(...)				



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

ANEXO III DO EDITAL

MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO, E A EMPRESA....., TENDO POR OBJETO A **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, AGRUPADOS POR LOTE E ITENS INDIVIDUAIS, DESTINADOS A ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DO TRIBUNAL E DAS ZONAS ELEITORAIS, RELACIONADAS ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E ELEITORAIS PREVISTAS PARA OS EXERCÍCIOS DE 2025 E 2026**, CONFORME PREGÃO ELETRÔNICO Nº **90029/2025** (PROCESSO SEI N.º **0007164-42.2025.6.27.8000**).

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**, nesta ato denominado **CONTRATANTE**, inscrito no CNPJ Nº 05.962.421/0001-17, com sede na Av. Senador Vitorino Freire, s/n, em São Luís-MA, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador _____, portador do R.G. nº _____-SSP/____ e do CPF nº. _____, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ-MF, sob o nº _____, com sede na (**inserir endereço completo**), Fone: (XX) XXXX-XXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, representada por _____, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos celebram o presente contrato, em conformidade com a **Lei nº. 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, Decreto nº 8.538/2015 e Decreto nº 11.462/2023 (SRP)**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto **a aquisição de materiais de consumo destinados a atender as demandas da Secretaria do Tribunal e das Zonas Eleitorais**, obedecidas as condições do instrumento convocatório e respectivos anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O valor total do presente contrato é de **R\$** (.....), inclusas todas as despesas que resultem na aquisição do objeto indicado neste contrato, tais como impostos, taxas, transportes, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos, conforme tabela abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

2.2. Os valores a serem pagos à contratada estarão adstritos ao que for efetivamente entregue.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1. Deverão ser observadas as disposições sobre o pagamento, constantes do ITEM 7 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1. Deverá ser observada a disposição sobre o reajuste, constante do ITEM 10 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1. O **CONTRATANTE** obriga-se a cumprir as condições estabelecidas no Edital, especialmente as previstas no **ITEM 5.13** do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A **CONTRATADA** obriga-se a cumprir as condições estabelecidas no Edital, especialmente as previstas no **ITEM 5.12** do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – VIGÊNCIA

7.1. A vigência do contrato será de até **180 (cento e oitenta) dias**, com início no primeiro dia útil subsequente à publicação do seu extrato no Diário Oficial da União (D.O.U), devendo ser divulgado no PNCP, no prazo de vinte dias úteis, contados da data de sua assinatura.

7.2. Deverão ser observadas as demais disposições do ITEM 10 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

CLÁUSULA OITAVA – ALTERAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA NONA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta do Orçamento Geral da União, aprovado para o exercício financeiro de 2025, cuja classificação funcional programática e categoria econômica é a seguinte:

Ação Orçamentária:; UGR:; Natureza da Despesa:; Plano Interno:

PARÁGRAFO ÚNICO – DO EMPENHO

Para cobertura das despesas relativas ao presente Contrato, foi emitida a Nota de Empenho nº. 2025NExxxxxx, à conta da dotação especificada neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES

10.1. São aplicáveis as sanções previstas no **ITEM 11** do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

PARÁGRAFO ÚNICO - DESCONTO DO VALOR DA MULTA

Se o valor das multas não for pago ou depositado na Conta Única do Tesouro Nacional, será automaticamente descontado de qualquer fatura ou crédito a que a **CONTRATADA** vier a fazer *jus*.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

11.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.4.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3. Indenizações e multas.

11.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei de Licitações, devendo o mesmo ser protocolado e dirigido ao Presidente do TRE/MA, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA

13.1. Não se aplica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

14.1. As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 em relação aos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

14.2. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

14.3. A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

14.4. As partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. As partes contratantes ratificam todas as condições preestabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos, bem como na proposta da licitante, que passam a integrar o presente contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ADOÇÃO DE MÉTODOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

16.1. Poderá ser adotada a autocomposição como método de resolução consensual de conflitos no que tange às controvérsias oriundas deste Contrato, na forma da Resolução TRE-MA nº 10.206/2024, publicada no Diário de Justiça Eletrônico do dia 16 de abril de 2024.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da Capital do Estado do Maranhão, para dirimir as questões derivadas deste Contrato.

17.2. E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em via única e assinado pelas partes, por intermédio de seus representantes legais.

São Luís. MA, datado e assinado eletronicamente.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO
MARANHÃO**

CONTRATADA

Desembargador(a)

.....

Presidente do TRE-MA

Representante da contratada

TESTEMUNHAS:

1. NOME: 2.NOME:
CIC: CIC: